

ABANDONO E ACOLHIMENTO: CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE A QUESTÃO DOS CUIDADOS HUMANOS

ABANDONMENT AND WELCOME: APPROACHES TO QUESTION OF HUMAN CARE

Pedro Motta de Barros

*Doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo (USP).
Professor Titular de Ciência Política e Teoria do Estado da
Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, SP.
Pesquisador do Centro de História da Ciência (CHC/USP).
Trabalha com Políticas Públicas.*

SUMÁRIO

Introdução. 1. Cuidado da criança como objeto de reflexão e finalidade da ação: crise social e estratégias de ação. 2. Elementos de valorização do cuidado humano: psicogênese e sociogênese. 3. À maneira de conclusão. Bibliografia.

RESUMO. O artigo apresenta uma visão abrangente da questão do abandono de meninos e meninas, a partir da análise da privação do cuidado humano e de seus efeitos disnômicos nas esferas psicológica e social, o que fundamenta uma abordagem sistêmica da questão como demanda prioritária da sociedade global que requer uma resposta política. Aponta-se uma solução que envolve a adoção de crianças e adolescentes e a valorização ampla do acolhimento humano, cujos eixos principais são a autonomia da comunidade e o apoio de instituições democráticas.

PALAVRAS-CHAVE. Abandono de meninos e meninas. Falta de cuidado humano. Adoção e acolhimento na comunidade.

ABSTRACT. *This paper presents a comprehensive view about the question of abandonment of boys and girls, focused to the analysis of lack of human care and its dysnomic effects in psychological and social fields. This justify an systemic approach of the question as priority input that asks for political answer. It stands up a solution that includes adoption of children and adolescent persons and wide valorization of human wellcome, whose axis are the community autonomy and furtherance of democratic institutions.*

KEY-WORDS. *Abandonment of boys and girls. Lack of human care. Adoption and wellcome in community.*

Introdução

O artigo tem o objetivo de apresentar uma visão panorâmica dos modos como a sociedade civil e o aparelho estatal vêm equacionando o fenômeno do abandono de crianças e adolescentes no Brasil. Pode-se observar que, desde a época colonial até os dias atuais, a criança é uma das maiores vítimas da crise social. Para enfrentá-la, têm sido pouco eficazes as estratégias de ação do aparelho estatal, ao passo que a sociedade civil parece estar muito mais atenta ao problema do que a autoridade governamental. Esta tem adotado posições que, por ação ou omissão, tendem a obedecer a lógica predatória e desagregadora dos grupos econômicos e políticos que têm exercido funções de comando sobre o processo de modernização econômica do Brasil.

Como se procura mostrar na primeira seção, esse quadro, ainda que tenha se mantido constante em aspectos fundamentais, tem sofrido mudanças significativas em razão da determinação de grupos sociais que atuam no âmbito da comunidade popular, cujas necessidades e estratégias de sobrevivência dão margem ao surgimento de pautas de conduta e de valores de caráter cooperativo e solidário, favoráveis a um modo de tratamento mais adequado de meninos e meninas de rua.

Tenta-se mostrar na seção 2 que a lógica predatória e desagregadora mencionada anteriormente tem causas complexas relacionadas com a falta de controle social sobre o caráter destrutivo de um determinado modo de estruturação da economia industrial, acompanhada por uma forma de democracia e uma cultura de massa de características paradoxais, nos termos em que se manifestou inicialmente na Europa a partir da segunda metade do século 18. Destaca-se aí o papel do sistema cultural que estimula nos indivíduos e grupos sociais sentimentos e pensamentos de rivalidade que costumam levar a antagonismos cegos na vida psíquica e a fenômenos de alienação na vida social. Responsáveis pela desumanização geral da sociedade, essas contradições impedem a realização de aspectos essenciais da condição humana – como a fruição da intimidade afetiva e da espontaneidade nos laços interpessoais, o fluir e refluir de simpatias etc. Promovem também o surgimento de atitudes preconceituosas que depreciam e marginalizam os que foram forçados a ocupar a base da pirâmide social.

Assinala-se porém o fato de que é nas comunidades populares que se situa o sistema de vida comum dotado das premissas materiais (cooperação técnica, produção coletiva, distribuição equitativa etc.) e dos valores espirituais (solidariedade, sentimentos compartilhados etc.) propícios ao desenvolvimento da convivência humana autêntica, com o objetivo de conquistar melhores condições de vida para todos. E que é nessas comunidades onde também se verificam as mais bem sucedidas experiências de cuidados que são essenciais à coesão social e ao acolhimento caloroso e digno de crianças e jovens que sofrem a perda da família natural.

Conclui-se que é no sistema de vida comunitário que tendem a frutificar as melhores alternativas de auto-organização para prevenir o desamparo de crianças e jovens e, quando necessário, oferecer-lhes famílias substitutas de face humana. A conquista da autonomia da sociedade civil tem por fim passar a seu controle as condições que assegurem o

cuidado de meninos e meninas ameaçados ou em situação de abandono. Tarefa histórica que incumbe aos cidadãos aglutinados em suas próprias organizações civis, cujo fortalecimento depende em boa parte do estímulo do governo democrático.

1 – Cuidado da criança como objeto de reflexão e finalidade da ação: crise social e estratégias de ação

1.1 – As circunstâncias

O atual modo de estruturação da sociedade brasileira tem uma dimensão perversa: converte meios necessários para mantê-la, consoante os interesses restritos da elite, em seu fim central e dominante. Vejamos suas instituições econômicas: o atendimento da demanda de bens de salário no parque produtivo não recebe prioridade, pois predominam os direitos de concentração da propriedade e da renda e a fetichização do dinheiro como objeto de especulação financeira.

Elemento vital de integração social e desenvolvimento nacional autônomo, o sistema educacional é solapado de alto a baixo. Primeiro, prejudica os pobres que devem ser atendidos pela escola pública fundamental¹, cada vez mais degradada, em comparação com a escola particular. Em segundo lugar, a situação do ensino superior não é menos grave. As universidades públicas², que respondem por 90% da produção científica do Brasil, e os institutos de pesquisas científico-tecnológicas³, responsáveis por programas de indiscutível impacto no parque produtivo e na infra-estrutura de saúde, estão sofrendo processo deliberado de desmantelamento em favor de negócios privatistas, que já abarcam 70% da demanda de estudantes. Em consequência, observa-se acentuado debilitamento dos ambientes de capacitação acadêmica e de inovação da economia e dos serviços públicos⁴.

O serviço privado de saúde concentra recursos no tratamento de enfermidades que lhe tragam lucros, segundo a lógica extorsiva dos proprietários de empresas de medicina de grupo, de seguro de saúde e de hospitais privados, que adotam mecanismos fraudulentos de cobrança de procedimentos e dão atendimento preferencial às classes altas⁵, enquanto o Sistema Único de Saúde (SUS) se deteriora a olhos vistos⁶, prestando atendimento degradante aos segurados de baixa renda, pois agentes da oligarquia (como o senador Antônio Carlos Magalhães, além de outros caciques do Partido da Frente Liberal)

¹ GROSSI, 1998: 3-7; GOIS, 2000: 3-1, 3.3.

² MARIA, 2000: C1 A C4; FSP, 2000P: A2.

³ WUTKE, 2000: A3.

⁴ MARIA et alii, 2000: 1-6; LEITE, 2000: A3; GARCIA DOS SANTOS, 2000: 4-5; SEVCENKO, 2000: 6-7; MUSSE, 2000: 8; BARBOSA, 2000: 9; LIMA, 2000: 12-13; SALOMON, 1998: 3-8; COELHO, 2000; RORIZ, 2000: A3.

⁵ FSP, 2000X: A2; BIANCARELLI, 2000: C1 A C4.

⁶ FSP, 2000V: C6.

enquistados na máquina estatal boicotam medidas legais que visam assegurar que ele receba recursos regulares mediante vinculação orçamentária⁷.

Nos demais sistemas, prevalecem mecanismos análogos de privilégio e manipulação ideológica, e frequentemente de truculência, mentalidade extorsiva e expropriação discricionária, em prejuízo da integridade humana e da qualidade de vida dos excluídos, razão pela qual tendem a se dissolver os laços sociais que lhes são indispensáveis para garantir segurança material, coesão comunitária e autoconfiança psíquica. Os efeitos disnômicos atingem áreas especialmente voltadas para o interesse geral. Merecem destaque geração de emprego e renda⁸, segurança⁹, tributação¹⁰, saneamento e meio-ambiente¹¹, crédito¹², urbanização e moradia¹³, energia¹⁴, cultura e comunicação¹⁵, transporte coletivo¹⁶ e desenvolvimento regional¹⁷. Em consequência, muitos núcleos familiares desagregam-se, acarretando, de um lado, o alastramento da cultura da violência entre os indivíduos dotados de alguma capacidade relativa de resistir às agressões do ambiente¹⁸. De outro lado, aumenta a vulnerabilidade dos mais fracos, amiúde condenados ao abandono e à luta precoce pela sobrevivência¹⁹.

É o império do *apartheid* social, fase larvar do que Hobbes chamava de “estado de natureza”, talvez para se referir ao quadro de anomia em que estava mergulhada a “economia de mercado” de seu tempo (“a guerra de todos contra todos”), e que veio a acarretar efeitos explosivos à crise político-social na Europa. É a esse processo disruptivo que a oligarquia patrimonialista está levando o país, com o agravante de que ela é parasitária da mentalidade espoliativa dos centros hegemônicos do mercado mundial e das formas arcaicas e modernas de concentração da renda, do prestígio e do poder²⁰. Isso se revela na ação insensata de um governo que, duplicando entulhos terroristas da ditadura, não trepida em aplicar a lei de segurança nacional e a censura do direito de expressão contra militantes do movimento social, ao mesmo tempo em que transige com a delinquência cínica dos potentados²¹. Essa dupla moral filistina não encontra guarida nos melhores pensadores

⁷ JORGE, 2000: 1-3; ULHÔA, 2000: C12.

⁸ PEREIRA FILHO, 1998: 2-1; POCHMANN, 1998: 2-2; GASPARI, 1998: 1-8; ANTUNES, 1999; DIMENSTEIN, 2000: C 10.

⁹ CARVALHO, 2000B: A 13; GENRO, 2000: A3; MARIANO, 2000A: 3-1; 2000B: 3-1; SILVA E SIMIONATO, 2000: 4-7; FSP, 2000W: 1-2.

¹⁰ SOLIANI, 2000: B1; FSP, 2000T: A2.

¹¹ VIVEIROS, 2000: C1; CARVALHO E TELLA, 1996/1997: 2-4; BARROS, 1996.

¹² LUMMERTZ, 2000: B2.

¹³ GOIS E AGÉGE, 2000: C1 A C4; SANTOS, 1994; CAMPOS FILHO, 1992; VALLADARES (ORG.), 1983.

¹⁴ BÔA NOVA, 1985; VIEIRA E WEBER (ORGS.), 1997; PALZ, 1995; SANTOS, 1993; BARROS, 1997.

¹⁵ PORTO, 1999; FSP, 2000Q: A2; DARIANO, 2000: E1; FURTADO, 1984; MILANESI, 1978; IANNI, 1976; MICELI, 1972; MATTELART, 1976; DUMAZEDIER, 1973.

¹⁶ NAVARRETE, 2000: 1-6.

¹⁷ BARROS, 1997, 1995.

¹⁸ DIMENSTEIN, 1998A: 3-3.

¹⁹ AMARAL, 1998: 1-4; AMARAL E GALVÃO, 1998: 1-6; GALVÃO, 1998: 5-3; GALVÃO, 1998A: 1-5; FSP, 1998: 1-2.

²⁰ FERNANDES, 1968; BARON, 1994; RIBEIRO, 2000: B1; SANTOS e BORNEL, 2000: B12; FSP, 2000O: C12.

²¹ ROSSI, 2000B: A2; CANTANHEDE, 2000: A2; FSP, 2000K: A2, 2000 L: A5.

de nosso tempo²², pois se sabe, desde Adam Smith, no século 18, que os efeitos devastadores da necessidade, da fome e da mortandade causadas pela injustiça e a miséria, sobre os quais as pessoas têm pouco controle, tendem a indignar as classes exploradas e a “se estender a todas as classes superiores”²³. Os mais fortes sobrevivem por mais algum tempo mediante o emprego agressivo de seus meios de autodefesa, enquanto os mais fracos tendem a enveredar pelas ínvias sendas do desamparo, da dromomania, da rebeldia desorganizada e da autodestrutividade. Reina a terra de ninguém moral. Nela prevalecem a “ética de grupo”, a lei do mais forte, o vale-tudo, o salve-se quem puder. O poder central abdica de seus deveres porque, ao invés de assumir a responsabilidade de tomar as grandes decisões em função do interesse nacional, “dobrou-se ao poder econômico ... e as multinacionais ditam as regras do jogo da economia nacional”, nas palavras do juiz Fernando Tourinho Neto, presidente do Tribunal Federal da 1ª Região²⁴, ou se sujeitam a diretrizes do Fundo Monetário Internacional e a interesses de grandes firmas de Wall Street²⁵, que envolvem manipulação de tarifas de importação e de taxas de juros de investimentos internacionais, com o objetivo de aumentar a concentração de riquezas nos Estados Unidos da América e impedir o desenvolvimento das economias da periferia do sistema sob seu domínio²⁶. Numa situação dessa gravidade, a “política de grupo” desvela seu conteúdo sórdido, por trás do esforço ideológico de mistificação, ocultação e exageração²⁷. À medida, todavia, que a velha estrutura de dominação engripa, a situação atinge um ponto crítico, e dela toma consciência o sujeito histórico, inicia-se um período de conflitos que abre espaço social, nas esferas real e simbólica, para a criação de novos centros de relegitimação das forças sociais.

1.2 – O momento da sociedade civil

É nesse momento que se constrói uma base de sociabilidade comum que vai na contracorrente dessa dissolução social. Existem núcleos familiares, grupos comunitários e categorias de indivíduos que destoam do padrão de esgarçamento geral, muitas vezes se desgarrando de suas matrizes originais, e resistem à desagregação social e tentam sobreviver procurando unir-se e congregar-se em torno de interesses e valores cooperativos. Esses interesses e valores provêm tanto da esfera do profano como do sagrado, respondem tanto a necessidades materiais como culturais, atendem tanto ao econômico como ao espiritual, pertencem tanto ao imediato como ao transcendente, ao empírico como ao simbólico, ao objetivo como ao subjetivo. A combinação deles constitui uma trama que confere capacidade de afirmação e de reconstrução de dotes pessoais que se mobilizam para reconhecer e realçar a relevância das diferenças e mitigar as fragilidades individuais

²² SEN, 1999: 38-44, PASSIM; 2000: 188-219, PASSIM; KUNTZ, 2000: 10.

²³ SMITH, 1983: I, 97; 1999.

²⁴ TOURINHO, 2000: 1-7], .

²⁵ FURTADO, 1999; BATISTA JR., 2000: B2.

²⁶ AITH, 2000B: B 1; FSP, 2000U: A2.

²⁷ GASPARI, 2000: A6; BENJAMIN, 1987: 63-64; ASSOUN, 1979: 145-159.

e as desigualdades de circunstâncias e de oportunidades causadas pelo ambiente econômico e social, e para reforçar os laços de solidariedade e de aptidão na luta pela vida²⁸.

No Brasil, desde meados do século 16, as Irmandades da Misericórdia, organizadas por iniciativa de religiosos e particulares, contando com o amparo do homem comum – não importa se movido por motivos humanistas ou meramente caritativos –, pois o apoio do governo era incerto, acolhiam crianças e jovens abandonados nas chamadas Rodas e Casas de Expostos e nos Recolhimentos de Órfãs – experiência que perdurou, pasme-se, até a década de 1950²⁹. No Crato, Ceará, são dignas de nota as experiências de produção e consumo com base na cooperação e na distribuição proporcional às necessidades, e de cultura solidária da irmandade dos moradores da aldeia de Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, que surgiu em 1926, inspirada na experiência dos seguidores de Antônio Conseqeheiro, em Canudos, Bahia, e que teve fim trágico em 1937, quando mais de 700 pessoas foram massacradas pelo exército num bombardeio que usou aviões de guerra³⁰. Só não foi pior do que o holocausto, por degola, de 10 mil a 25 mil habitantes do povoado de Canudos ou Belo Monte, no nordeste da Bahia, perpetrado, entre novembro de 1896 a outubro de 1897, pelo exército republicano, em defesa dos interesses dos barões fazendeiros, dos oligarcas regionais e federais e da casta sacerdotal católica, contrariados pelo exemplo de uma comunidade que adquiria auto-suficiência social, econômica e política, onde os pobres encontravam refúgio e proteção contra a exploração da mão-de-obra pela classe dominante, inconformada com a recente abolição do regime escravagista³¹. Conhece-se o fato de que tiveram origem também em províncias do Nordeste e em particular no Ceará algumas das manifestações humanitárias, emancipacionistas e anti-escravagistas mais ousadas de que se tem notícia em nossa história. A repulsa desses movimentos à norma suprema imposta pelo híbrido ordenamento jurídico-positivo de 1824 (liberal-escravocrata) culminou, em 27 de janeiro de 1881, com a decisão *contra legem* dos destemidos jangadeiros liderados por Francisco José do Nascimento, ao se recusarem a embarcar escravos no porto do Ceará³². Em nossos dias, os militantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) chamam a atenção pela lucidez e coragem com que dão exemplo prático de solidariedade cotidiana – e por isso têm merecido o reconhecimento de influentes entidades civis nacionais e internacionais³³ – quando se dedicam à defesa de princípios de autonomia e dignidade da população do campo³⁴ em luta contra a marginalização causada pela estrutura da propriedade agrária. Com a diferença expressiva, que lhes confere poder de barganha maior do que o dos abolicionistas do século 19, de que a atual Constituição republicana estipula a conexão

²⁸ SOUZA, 1999: 76-78, PASSIM.

²⁹ SANTOS FILHO, I, 1977: 235-239; MARCILIO, 1997: 51-76.

³⁰ MOTA, 1998: 5-8.

³¹ SAMPAIO, 1999; CARVALHO, 2000A: 1-2; VENTURA: 2000: 2.

³² CONRAD, 1975: 207-221 Sobre outras formas de desbaratamento da lei escravocrata por estudantes e profissionais do direito, cf. NABUCO, 1999A, 1999B; MENDONÇA, 1999; MACHADO, 2000: 7.

³³ FSP, 2000R: A19.

³⁴ GUERREIRO, CASTRO JR. e LEITÃO (orgs.), 1999: 55-82.

indissolúvel dos princípios do valor social do trabalho, do direito universal da propriedade e da função social da propriedade privada (artigos 1º, 2º e 5º). Princípios negados na prática pela estrutura econômica do Brasil, onde o domínio da terra está entregue secularmente a uma minoria de grandes latifundiários que se apropriaram de 75% dessas terras mediante atos de invasão, grilagem, fraude cartorial e outros meios violentos e ilegítimos³⁵, enquanto que, entre 1995 e 1998 (que coincide com a primeira fase do governo do sr. Fernando Henrique Cardoso), os trabalhadores do campo sofreram acentuado processo de empobrecimento³⁶. Na Bahia, o êxito do projeto Axé, que se propõe a valorizar os meninos e meninas de rua, depende do apoio que recebe de organizações não governamentais, já que o aparelho estatal é omissivo também nessa matéria. Para preencher esse vazio oficial, os índios caiapó organizam uma entidade por meio da qual pretendem exercer o autogoverno de sua aldeia, para o que contam com o apoio, não de instituições ligadas ao poder econômico ou político do Brasil, mas, pasme-se, do governo francês³⁷. Pesquisas recentes realizadas pela Universidade de Brasília atestam que nas instituições de ensino fundamental nas quais se verifica baixa participação comunitária, o índice de violência foi de 63%; esse número cai para 47% onde a comunidade participa mais ativamente da vida escolar³⁸. Por outro lado, no que concerne à concepção e à prática de uma pedagogia democrática, na contracorrente dessas manifestações originais da sociedade civil, parece ser um sintoma de renitente conservadorismo o fato de que nunca existiu entre nós nenhuma instituição escolar que tenha adotado por inteiro a organização e os objetivos da educação anti-autoritária moderna³⁹.

1.3 – Condições objetivas e subjetivas do abandono

Parece portanto cabível examinar o cenário de abandono de crianças e jovens à luz dessas duas tendências discerníveis na realidade brasileira, assim como tentar compreender em que condições poderão ser bem-sucedidas as saídas pela via de processos de adoção. Ambas as questões reclamam abordagens sob os ângulos de diferentes disciplinas – história, sociologia, antropologia, direito, ciência política, psicologia social, psicanálise. Ainda que a ciência política seja o campo em que nosso tema é desenvolvido aqui, dificilmente poderei deixar de me ocupar de pontos em que são tênues as linhas de fronteira com as demais disciplinas. Só para dar um exemplo, são bastante inteligíveis aspectos de natureza psíquica na análise dos problemas que acarretam a dissolução dos laços sociais e o abandono dos filhos. Uma vertente explicativa é que os pais estão submersos no abismo das carências materiais extremas. Outros fatores – status, classe social, estofamento cultural, cabedal de valores, padrão ético, conflito afetivo, distúrbio de personalidade, colapso nervoso etc. – determinam a falência da função materna⁴⁰. Por isso é fácil aceitar a observação de que as causas

³⁵ JUNGSMANN, 2000: 1-10.

³⁶ MACHADO E ZANINI, 2000, : A11; CORRÊA, 1998.

³⁷ SOARES, 2000: A13.

³⁸ FSP, 1998C: 1-2; ROSSETTI, 1998: 3-1; 1998A: 3-1; LOZANO, 1998: 3-6; DIMENSTEIN, 1998B: 3-2.

³⁹ SINGER, 1998.

⁴⁰ NOIVILLE, 2000: 30-31.

materiais nunca ocorrem de maneira isolada, sofrendo em geral influência decisiva de fatores culturais e de personalidade. A observação vale tanto para o fenômeno em si quanto para os caminhos de reconstrução da sociabilidade comum requerida pela estratégia de sobrevivência e de humanização dos sujeitos envolvidos.

Não raro entendida como resultado da lei de bronze do determinismo econômico, agravada pelo efeito particular da herança senhorial brasileira, a primeira tendência, sejam quais forem as razões que explicam suas origens e sua dinâmica, exprimiria a natureza da estrutura da sociedade nacional. Com efeito, ela vem sendo montada de acordo com valores, interesses, ideais e preferências que a têm moldado, nos momentos históricos decisivos, em benefício das classes abastadas. Estas teriam transformado o sistema econômico em um fim em si, de maneira tal que ele acabou por fixar desigualdades pessoais por trás das diferenças de propriedade e renda. As desigualdades tendem a se reproduzir em razão da tenacidade com que se mantém inalterada a estrutura econômica e se transforma a fachada social em um sistema de interesses e valores que se petrifica em uma ordem política hierarquizada⁴¹.

Trata-se de uma ordem injusta em que 10% dos mais ricos se apoderam de mais de 50% da riqueza nacional, enquanto os 50% mais pobres ficam com menos de 10%. Isso explica porque 83% da população são analfabetos funcionais, e porque existem 64 milhões de excluídos (classificados segundo o número de salários mínimos que recebem), dos quais 15 milhões são pobres (até 10 salários), 24 milhões são despossuídos (até 5 salários), e 25 milhões são miseráveis (até 2 salários)⁴². Estes dados, referentes a 1998, só pioraram em 1999, quando o IBGE (Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) verificou que o 1% mais rico da população detinha 13,84% da renda total, e os 50% mais pobres ficavam com 13,5%⁴³. Em discurso distribuído à imprensa, no Rio de Janeiro, em 15/5/2000, o presidente da República mostrou que os 50% mais pobres têm cerca de 10% da renda nacional, enquanto o 1% mais rico detém de 15% a 20% da riqueza – situação que vem se mantendo invariável de 1977 a 1998⁴⁴. Dias depois, em discurso a diplomados do Instituto Rio Branco, do Itamaraty, disse que os índices de concentração de renda no Brasil são “alarmantes”, acrescentando que é de dar “arrepio” a verificação da tendência no longo prazo de aumento da concentração da renda e da propriedade no sistema capitalista como tal⁴⁵. A despeito de estar ciente desta situação dantesca, nada acrescentou, no entanto, sobre inovações na estrutura econômica para eliminar as causas da anomia, como seria de seu dever, já que é inadmissível que ele trate essa infamante desigualdade como pertencente ao reino da natureza e que, diante do clamor para erradicá-la, relegue ao reino da razão a decisão conservadora de não se adotar nenhuma política que contrarie os interesses das classes altas⁴⁶. Tal posição conservadora, verdade que trai

⁴¹ FAUSTO, 1970: 50, 56-114.

⁴² FSP, 1998D: A3.

⁴³ FSP, 2000D: 3-1; 2000E: 1-2.

⁴⁴ FSP, 2000N: A3.

⁴⁵ ULHÔA E MADUEÑO, 2000: A14.

⁴⁶ FREIRE, 2000: A2; SCHWARTSMAN, 2000: A2.

compromissos encobertos por uma retórica falaciosa⁴⁷, encontra explicação na subserviência do modelo econômico do atual governo à teoria que economistas do Banco Mundial utilizam para combater a pobreza. Afinados com os defensores do “consenso de Washington”, são inteiramente contrários a políticas heterodoxas de desconcentração de renda, de aumento de gastos sociais e de aprofundamento da democracia, preferindo a banalidade de uma versão fernandina da tese de que convém primeiro fazer crescer a riqueza pelos métodos monetaristas convencionais, para só depois cogitar de distribuí-la⁴⁸.

Não é fortuito, portanto, que entidade religiosa tenha constatado que, entre 1998 e 1999, a mortalidade infantil em favelas aumentou 127% na região metropolitana de São Paulo, e em até 540% em comunidades pobres do interior do estado⁴⁹. A opinião pública tomou conhecimento, em abril de 2000, de dois fatos repugnantes. Durante a ditadura militar, os ex-governadores da Bahia Roberto Santos e Antônio Carlos Magalhães distribuíram títulos de propriedade a fazendeiros que se apossaram irregularmente de 96,11% de terras de uma reserva dos índios pataxós⁵⁰. No mesmo estado, segundo reportagem da Rede Cultura de Televisão (*Caminhos e parcerias*), crianças de 3 a 14 anos de idade ganham de um a três reais por semana para realizar trabalho braçal perigoso⁵¹ e o pequeno produtor familiar de sisal precisa trabalhar um ano para receber do atravessador menos de R\$ 300,00. Isso se explica primeiro pelo sistema abusivo de dominação de uma classe sobre outras, e também, de acordo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento⁵², pela inépcia dos governos dos últimos 50 anos, que levaram a América Latina (AL) à estagnação econômica e social e à consolidação da pior distribuição de renda do mundo: em média, um quarto da renda nacional vai para 5% da população, cabendo ao Brasil a dianteira nessa fila macabra: tem a maior concentração de renda dentro da AL, superando apenas as do Paraguai e do Equador.

A segunda tendência – que resiste ao processo disjuntivo tentando recompor a vida comunitária – nega em grande medida a primeira, embora ambas coincidam em alguns aspectos. Sem ignorar que a valorização do interesse econômico e da situação social dos grupos que se articulam na esfera comunitária pode frequentemente vir combinada a determinados elementos de acomodação tradicional, o que implicaria alguma impermeabilidade à assimilação de inovações, não se pode negar que a segunda tendência agasalha condições propícias a movimentos de renovação que vicejam nos setores de vanguarda da sociedade dominante⁵³, sem que esta todavia ofereça condições efetivas de aproveitá-los em toda sua plenitude e abrangência social⁵⁴. Condições de efetivação substantiva e incluyente do moderno têm a ver principalmente com o atributo por excelência dos grupos comunitários relegados à retaguarda do sistema dominante, atributo ao qual as cliques

⁴⁷ FSP, 2000Y: A2; ROSSI, 2000C: A 14; ZANETTI, 2000: A 15.

⁴⁸ FSP, 2000S: A2.

⁴⁹ FSP, 2000F: 3-1 A 3-4.

⁵⁰ FSP, 2000G: 1-5; 2000H: 1-15.

⁵¹ RICUPERO, 2000: B2.

⁵² AITH, 2000A: 1-1 e 3-1; FSP, 2000J: A2.

⁵³ DELFIM NETTO, 2000: A2.

⁵⁴ VELHO, 1995: 221-229.

oligárquicas que monopolizam o poder da economia e do aparelho estatal costumam ser extremamente refratárias⁵⁵. O atributo corresponde à propensão a assimilar de modo original as bases de duas atividades cruciais. A primeira é o exercício do pensamento autônomo em torno de propósitos deliberados. A segunda é a sensibilidade para o cultivo de laços de solidariedade espontânea e ativa entre as pessoas. O que move a propensão é a intenção (consciente ou intuitiva) de reconhecer e aprofundar a humanidade comum que aproxima as pessoas e as integra em função de fins relevantes para si e ao mesmo tempo para o conjunto da sociedade, e não apenas para alguns indivíduos separados dela.

São fins que emergem com naturalidade no seio da vida comunitária, quando fatores reacionários internos ou externos deixam de bloquear uma nova ordem de racionalidade propiciada pela cooperação, pela insubordinação ao poder hierárquico sobre o corpo e o saber, pela imaginação e pela afetividade espontânea. Produzir alimentos, vestuário, moradia, meios de produção, arte, conhecimento e outros itens essenciais à vida humana desponta como eixo central dessa racionalidade em função da qual o sistema de produção, agora submetido à lógica da demanda socialmente relevante e das forças produtivas, preserva sua natureza de meio voltado para atingir fins substantivos de interesse social amplo⁵⁶. Por isso, onde vigora essa racionalidade, os grupos sociais têm alta potencialidade para escapar ao flagelo das crises que afetam a sociedade dominante. Nesta, com efeito, o sistema de produção confunde meios com fins, e sua racionalidade aquisitiva volta-se com prioridade para a acumulação de riquezas nas mãos dos que pertencem à elite oligárquica, em prejuízo do pleno emprego, do consumo significativo e do bem-estar geral.

1.4 – A falência do modelo burocrático-autoritário

Esse choque de racionalidades atinge em cheio o sistema de atenção à criança e ao jovem. No Brasil, o sistema oficial de assistência a meninos e meninas abandonados de há muito está em colapso, temendo-se pelas conseqüências futuras daquilo que seria o drama da ausência de uma política de apoio à criança e ao adolescente⁵⁷. Contrariando o discurso ideológico que prega a “recuperação” dos excluídos, o sistema os trata como infratores que devem ser submetidos aos dispositivos disciplinares da burocracia autoritária. Composta por pseudo-educadores que não passam de carcereiros e algozes⁵⁸, a burocracia opera as unidades de internação como mecanismos que se justificam por seus próprios objetivos de domesticação de suas presas, seja para dar vazão à compulsão de dominação dos seus agenciadores, seja para cristalizar e perpetuar o modo hierárquico de ordenamento social e político da sociedade envolvente, da qual é instrumento funcional para congelar e reproduzir as desigualdades, as injustiças, as iniquidades, as opressões e as carências de que são vítimas as massas de deserdados. A realidade soturna do período

⁵⁵ MARTINS, 1994; VELHO, 1995: 159-170; RICUPERO, 1998: 2-2.

⁵⁶ NASCIMENTO, 2000: F 1.

⁵⁷ DOWBOR, 1998A; 1998B: 1-2.

⁵⁸ ATHIAS, 2000: C1, C3.

colonial e escravocrata⁵⁹ ajustou-se ao figurino apertado da modernização tardia, ao longo do século 19⁶⁰, adotou a máscara da utopia nos primórdios da República populista⁶¹, e logo em seguida acertou o passo na cadência da ordem-unida da doutrina de segurança nacional⁶². Alguns agenciadores chegam a se munir da velha falácia elitista do darwinismo social, hoje travestido de neoliberalismo, para defender, como fatalidade econômica, e às vezes biológica, o afastamento definitivo dos mais fracos do convívio social, o que redundava, ao fim e ao cabo, na sua morte civil, ora como apartação das condições de vida humana significativa, ora como eliminação genocida da própria existência física, como resultado de punições medievais por inconformismo e rebelião⁶³.

1.5 – A práxis comunitária

A contrapelo dessa estratégia predatória da elite dominante, cabe reconhecer o que se passa no âmbito de comunidades onde a atenção à criança e ao jovem mantém-se fiel aos fins próprios de respeito à integridade deles, e focaliza seu trabalho no cuidado de que eles são merecedores e no propósito deliberado de construir as condições nas quais há de florescer a dignidade humana, de que eles são os principais portadores e elementos seminais.

Convém lembrar que esses interesses e valores estão presentes em comunidades populares, como elementos concretos da vida cotidiana, e não na forma de pseudocategorias abstratas. Ter-se-ia muito a ganhar conhecendo-os melhor, divulgando-se suas manifestações mais representativas e ampliando-se estudos e pesquisas sobre eles e sua significação para a qualidade e a amplitude do tratamento recebido por crianças e adolescentes. Vale notar que a incorporação dos jogos e brinquedos como recurso pedagógico só começou a adquirir importância no Brasil na década de 1970, a partir da necessidade de recuperação de crianças deficientes, necessidade revelada pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)⁶⁴. Surgiu também nesse decênio o importante movimento pela introdução da filosofia na educação da escola primária⁶⁵. Fazendo convergir a seriedade do saber filosófico herdado do humanismo clássico e o espírito lúdico adequado à formação do caráter das novas gerações, o movimento da filosofia para crianças inspirou diretamente a luta, iniciada em 1983, pela criação do parque Villa-Lobos, no bairro de Pinheiros, São Paulo. A luta mobilizou primeiro os moradores do Boaçava e logo articulou outras comunidades da região metropolitana, sob a orientação da Associação dos Amigos do Parque Villa-Lobos, cujo estatuto social (registrado sob o número 1711182/91 no 3º Cartório de Títulos e Documentos de São Paulo) integra memorial descritivo que sintetizou seu projeto cultural e catalisou a consciência político-social do momento, ainda

⁵⁹ ALENCASTRO, 2000.

⁶⁰ LEITE, 1997: 17-50.

⁶¹ CORRÊA, 1997: 77-96.

⁶² ROSEMBERG, 1997: 137-158.

⁶³ ABRINQ, 1994.

⁶⁴ FRIEDMANN *et alii*, 1992: 44-48.

⁶⁵ LIPMAN *ET alii*, 1994.

esperando por sua efetiva realização histórica. Esses seriam os caminhos em pauta, a fim de que seus paradigmas, que os diferenciam das categorias adotadas no ambiente em dissolução, possam ser sublinhados com maior inteligibilidade, precisão e sentido prático. Seria então possível afastar a atitude corriqueira e preconceituosa, fruto do cinismo tacanho de quem só os vê como mera racionalização de desejos quiméricos, e assim deixar de lado a superficialidade positivista, que mascara a cisão entre os fins humanos do cuidado e os meios utilizados em seu nome, ainda mais que todas essas limitações de entendimento e sensibilidade revelam uma deplorável falta de coragem moral e perseverança intelectual.

Vistos assim em sua organicidade e em sua expressão prática do mundo da vida, os interesses e valores em foco poderiam contribuir para a elaboração de modos de intervenção voltados para aprofundar a compreensão de seu papel transformador e, por conseguinte, como modos de disseminação de suas práticas de reconstrução da lógica dos fins em novas instituições destinadas a substituir aquelas guiadas pela razão instrumental.

1.6 – Estado crônico de abandono e submissão ao mercado

Em suma, pode-se dizer que a situação da criança no Brasil exprime o estado crônico de pobreza da maioria da população brasileira, cujas condições de vida e de renda vêm se deteriorando ao longo das últimas décadas. Até o final da década de 1980, 30 milhões de crianças de 0 a 17 anos pertenciam a famílias em estado de pobreza, e, destas, 42,5% (12,7 milhões) tinham menos de 7 anos de idade. Só na área urbana é de 16 milhões o número de crianças carentes. Consta que, na área rural, a concentração de pobreza é menor, embora o problema, em termos relativos, seja mais acentuado⁶⁶.

No início dos anos 90, estimava-se que crianças e adolescentes somavam 64 milhões de brasileiros, dos quais quase a metade viviam em condições de extrema pobreza.

Projetou-se para o final do século uma população de 50 milhões de pessoas com menos de 15 anos de idade (34% da população total) e 16,6 milhões (11%) com menos de 4 anos. Como parcela mais débil dessa população já fragilizada pela miséria, as condições de vida da população infantil e juvenil tendem a piorar, à medida que se acelera a deterioração do sistema econômico, podendo “ocasionar estagnação ou mesmo retrocesso nos indicadores de bem-estar da criança”⁶⁷.

É o que vem acontecendo ultimamente, dada a inoperância revelada pelas estratégias e ações básicas do aparelho estatal, direcionadas de preferência para objetivos tópicos de caráter imediato nas áreas de saúde, educação e medidas institucionais genéricas. De fato, até a “redefinição e o fortalecimento das políticas sociais” de caráter urgente são continuamente procrastinadas, em particular no que tange à “implementação de ações de baixo custo e alta eficácia, aplicadas maciçamente”⁶⁸. Agregue-se que os recursos orçamentários

⁶⁶ IPEA/UNICEF, 1990.

⁶⁷ IPEA/UNICEF, 1990: 29.

⁶⁸ IPEA/UNICEF, 1990: 27-32.

formalmente destinados a políticas sociais tendem a contribuir para a concentração da renda⁶⁹, prática que parece ser generalizada nos países subdesenvolvidos⁷⁰.

Por outro lado, não saem do discurso as intenções de realizar políticas gerais de desenvolvimento sustentado a longo prazo⁷¹. Em consequência, verbas para projetos sociais costumam ser cortados para beneficiar os banqueiros que cobram juros sobre a dívida externa, o que acaba resultando em crescimento da pobreza nas regiões de maior concentração demográfica⁷². Na verdade, as mudanças alardeadas não passam de mera racionalização do *status quo*, de maneira tal que a ideologia tradicional é utilizada como uma espécie de “religião medieval” para manter a sociedade civil alienada da realidade, fugindo para um “paraíso” que nunca vem, distraída com ilusões que sempre viram o sonho realizado do futuro (utopia). De acordo com um autor, a falácia impingida pelo discurso filistino é a “prefiguração de um momento final abstrato do desenvolvimento que coincidiria com a racionalização global, com a realização positiva da dialética”⁷³. Aqui entendida no sentido de processo histórico concreto, a dialética seria paralisada no momento culminante de triunfo do mercado, triunfo que a elite beneficiária da ideologia neoliberal se empenha em sacramentar, mediante o ritual obsessivo da mudança perpétua (absoluta) das imagens (simulacros), aparência de mudanças ao acaso, que brotam e decaem sem cessar, a fim de disfarçar a permanência de um presente fungível no mesmo momento imóvel (estase parmenidiana) de uma temporalidade absoluta, vazia e a-histórica⁷⁴. Ou por outra, fazer a reforma para deixar tudo como está, de acordo com a lição do príncipe “gattopardista”⁷⁵.

Nessa perspectiva, é chegado o momento de recuperar o bom senso e meditar sobre alguns pontos de valorização do cuidado humano em geral e das crianças e jovens em particular.

2 – Elementos de valorização do cuidado humano: psicogênese e sociogênese

2.1 – O psíquico no contexto social

O mundo psíquico humano é regido, em sua estrutura básica e profunda, por forças instintivas que tendem simultaneamente para a integração e para a desagregação. Na fórmula original de Freud, a vida mede forças com a morte num processo que tem origem nas manifestações unicelulares primordiais e se prolonga nos organismos biológicos que alcançaram o topo da evolução natural, cuja expressão mais complexa é o ser humano. A tensão entre as forças de vida e as forças de morte, em sua função constitutiva do biológico enquanto tal, é um dado inexorável do ecossistema, que por definição submete-se

⁶⁹ ROSSI, 2000A: 1-11.

⁷⁰ BANCO MUNDIAL, 1994: 97-88.

⁷¹ IPEA/UNICEF, 1990: 29; ABRINQ: 1994; MNMMR, S/D; SAMPAIO JR., 2000: 1-3; FIORI, 1999.

⁷² SALOMON, 2000: A4.

⁷³ JAMESON, 1997: 29.

⁷⁴ JAMESON, 1997: 29-35.

⁷⁵ LAMPEDUSA, 1976.

a fatores determinantes objetivos do mundo natural, como nos explicam as ciências da natureza. O corpo humano é parte imanente desse mundo natural, não podendo portanto escapar da dinâmica material universal nem de sua lógica explicativa, isenta de juízos de valor. Mas nem mesmo Freud, com sua marcante propensão para o enquadramento fisicista de sua engenhosa teoria psicanalítica, não chegou a sucumbir por inteiro ao biologismo da maioria das doutrinas científicas de sua época. Seu pensamento foi além da separação mecanicista entre corpo e alma e rejeitou a noção de que a ordem sociocultural seria mero epifenômeno da ordem biológica. Este primeiro lampejo se expandiu no sentido de uma contradição – que ele sintetizou na metáfora da tensão entre Eros e Tânatos – que ia buscar nos mitologemas arcaicos os símbolos de uma tessitura cultural que está imersa no grande estuário da tradição multimilenar da humanidade, sob o apanágio das cosmologias politeístas⁷⁶, e se desdobra até a era moderna, sob o domínio obsessivo e paranóico do universo profano e reificado do capital. Embora já tivesse definido, desde 1907, no artigo sobre *A moral sexual “civilizada” e o nervosismo moderno*⁷⁷, o caráter social da repressão psíquica, foi na verdade só a partir de 1923, em *O ego e o id*⁷⁸, quando incorporou o conceito de *id*⁷⁹, sugerido por Groddeck⁸⁰, que começou a tomar corpo a idéia seminal de sentimento de rivalidade social⁸¹. Esta idéia viria a ser desenvolvida depois na teoria da alienação pelos fundadores da escola de Frankfurt⁸² e por seus críticos atuais⁸³, a partir de tema antecipado por Marx⁸⁴ em seus escritos filosóficos de 1848, e introduzido de forma seminal em suas teorias econômicas e políticas⁸⁵. Tendo-se embebido de substância social, a teoria psicanalítica imbricou-se com a dimensão histórica do ser humano e de seu potencial de transformação empírica e de superação ontológica⁸⁶, e em particular com a condição transcendental (ou seja, condição de possibilidades e limites) das pulsões⁸⁷. Mas o que importa reter aqui do legado de Freud, seja em seus notáveis achados, seja nas idéias que frutificaram depois dele, é a contribuição que ele trouxe para tornar inteligível a singularidade do ser humano no universo (suas especificidades essenciais irredutíveis às outras manifestações da matéria cósmica) e a possibilidade decisiva da ascensão espiritual do humano perante o fenômeno empírico imediato. O princípio organizador dessa singularidade e desse potencial de transposição da imanência biopsíquica⁸⁸ pertence à esfera da relação intermental, cujas raízes se nutrem do primado da matéria e de seus determinantes

⁷⁶ VERNANT, 1996.

⁷⁷ FREUD, II, 1973: 1244-1261.

⁷⁸ FREUD, III, 1973: 2701-2728.

⁷⁹ FREUD, III, 1973: 2707.

⁸⁰ 1971; 1988.

⁸¹ FREUD, III, 1973: 2718.

⁸² ADORNO, 1975; HORKHEIMER, 1976; 1983; ADORNO e HORKHEIMER, 1985; HABERMAS, 1989; MONTIEL, 1996.

⁸³ THOMPSON, 1981.

⁸⁴ 1987: 594-668.

⁸⁵ MÉSZÁROS, 1981; 1993: 257-271; HAVEMANN, 1967; KOSÍK, 1967; FROMM, 1970.

⁸⁶ MEZAN, 1985: 430-646; 1987: 151-343.

⁸⁷ MEZAN, 1987: 258-259.

⁸⁸ BORNHEIM, 1977; PRADO JÚNIOR, 1989.

concretos situados no mundo do trabalho e nos múltiplos elementos constitutivos da existência humana comum, mas sobre os quais o sociocultural tem primazia. Tem primazia no sentido de que se empenha em lhes orientar a trajetória por um esforço determinado de propósito consciente e intenção voluntária, com a finalidade fundamental de controlar a natureza e a produção coletiva de meios de vida, e colocá-las a serviço do desenvolvimento humano. Vale dizer, com a finalidade de permitir que os seres humanos direcionem as forças cegas da natureza e da história, tomando-as em suas mãos. Para tanto, os homens precisam saber como se comportam os elementos dessas esferas e como lidar com eles. Tais elementos são tematizados por diferentes disciplinas como história, filosofia, ciência política, antropologia, sociologia, medicina, ética, estética, psicologia, psicanálise. No caso da psicanálise, a teoria e a clínica buscam articular Eros e Tânatos como elementos essenciais da condição humana, seja em sua dimensão natural, seja em sua dimensão espiritual. Essa busca tem em vista tanto a conservação da vida imediata, quanto a sua construção superorgânica. Em ambas as atividades, procura-se colocar Tânatos a serviço de Eros, assim como construir modos ainda não existentes de Eros para melhorar a vida humana.

2.2 – O vivido como experiência externa e interna

Por isso cabe afirmar que uma finalidade síntese da vida humana no mundo reside, em essência, na fruição da intimidade e da espontaneidade das relações entre as pessoas. Para isso, elas precisam aceitar a experiência efetiva e aderir à situação real da vida comum, da qual não é lícito escapar recorrendo a um excesso de abstração. Ao invés do delírio romântico que idealiza a busca da Felicidade como algo da ordem do pensamento solipsista, que privilegia conscientemente a ilusão em detrimento do real, o novo espírito da modernidade contemporânea preserva a crítica do império da razão, da alienação e do mecanicismo, feita pelo pensamento humanista do século 19, mas o recusa nos pontos em que ele se entrega à falácia de formas sociais e mentais anacrônicas ou especulativas, e se prende a pseudocategorias que despojam o ser humano da possibilidade de pensar a respeito do mundo da vida e da cultura em termos de experiência comum⁸⁹.

Outra asserção plausível é que o viver humano tem como uma de suas dimensões constitutivas essenciais o senso do constante fluir e refluir de simpatias. Isso se aprende nas manifestações de diferentes graus de intensidade de comunicação entre os seres humanos, quando eles experimentam sensações, sentimentos, idéias e desejos de relacionamento caloroso, amigável, íntimo e vivo. Essas experiências originam-se de formas de viver que se tornam tanto mais autênticas quanto mais as pessoas as realizam em situações semelhantes ou comuns da vida cotidiana.

⁸⁹ WILLIAMS, 1969: 201-206.

2.3 – Situações compulsórias e liberdade de escolha

Cabe ressaltá-las principalmente quando os sujeitos envolvidos são crianças e jovens que, afastados à revelia de suas famílias naturais, vêm-se levados a duas situações compulsórias e a uma terceira, que pressupõe liberdade de escolha. Na primeira, eles perambulam sem rumo pelas ruas, sujeitando-se ao horror da miséria e às formas mais vis de violência social e estatal.

Na segunda, submetem-se a internação coercitiva em estabelecimentos governamentais que aliam a hipocrisia da pseudo-reeducação à sordidez dos maus tratos, e cuja verdade é a aprendizagem de novas e piores transgressões⁹⁰.

Na terceira, onde há lugar para que se manifestem tanto atitudes humanas de liberdade quanto sensações, sentimentos e desejos de genuíno relacionamento afetivo, meninos e meninas podem ser recebidos em adoção voluntária por famílias substitutas, caso estas consigam se desvencilhar das delongas e intromissões burocráticas perturbadoras.

Observe-se que, das três situações, as duas primeiras são forçadas e implicam a degradação maior das condições de vida dos abandonados, principalmente por causa da ação inadequada do aparelho estatal ou de sua omissão em termos de política pública. A terceira é a única em que tem relevância decisiva a vida comunitária autêntica, contanto que não seja atrapalhada pelo grupo particularista que domina a burocracia estatal. De modo geral, a intervenção estatal tem demonstrado ser deplorável, não se registrando, em nenhum momento de sua história, da época colonial aos dias atuais, condutas sistemáticas voltadas para a ação preventiva junto aos grupos vulneráveis, assim como para a recuperação efetiva e permanente dos abandonados. O aparelho oficial, quando intervém, não costuma adotar políticas previsíveis dignas de confiança. Exemplo emblemático de insensibilidade a toda prova foi a decisão de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) de não reconhecer às mães adotivas a licença-maternidade a que têm direito as gestantes⁹¹: deu-se interpretação meramente gramatical ao inciso XVIII do artigo 7º da Constituição Federal, ignorando-se sua necessária combinação sistêmica com o artigo 227, que coloca a criança e o adolescente, “com absoluta prioridade”, a salvo de qualquer discriminação, além de assegurar, no parágrafo 6º, que os filhos adotivos devem ter os mesmos direitos dos demais. Excetuam-se os honrosos momentos de consenso democrático, orientados por lideranças sociais imbuídas de espírito universal, e que se manifestam em ações explícitas e incisivas de juízes e promotores de Infância e Juventude⁹², muitas vezes com o apoio do Alto Comissariado da Organização das Nações Unidas (ONU) para os Direitos Humanos⁹³, de seções da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), de universidades, de organizações não governamentais.

⁹⁰ MOTA, 2000: 1-2; FSP, 2000A: 1-2; FSP, 2000B: 3-1 A 3-4; SILVA, 2000: 3-3.

⁹¹ NACIF, 2000: B3.

⁹² PENTEADO, 2000: C7; ATHIAS, 2000B: C3.

⁹³ DE LEON, 2000: C7; AGÉGE, 2000: C4.

2.4 – Vida comunitária e auto-organização

Ao contrário da máquina burocrática tradicional, mais propensa em geral a ser apropriada por grupos privados afluentes que se encastelam no poder para defender seus privilégios, e que amiúde se ramificam no crime-negócio do narcotráfico e atividades conexas⁹⁴, a vida comunitária tende a abrigar espaços onde valores da tradição humanística costumam se difundir com mais ou menos facilidade, à medida que vão ao encontro dos valores de grupos sociais cujos interesses coincidem em maior ou menor grau com os interesses gerais da sociedade. Ou por outra, o processo de estruturação de certos grupos sociais excluídos do mecanismo de concentração da propriedade e da renda pode contrariar a tendência à dissolução social, em favor de valores e condutas que lhes garantam melhores condições de vida. Esses valores e condutas tendem a pertencer à esfera da solidariedade, da ajuda mútua, da cooperação, da auto-organização e da espontaneidade afetiva. Exemplo disso é o trabalho comunitário que há muitos anos vem sendo realizado pela escola de samba Mangueira, no Rio de Janeiro, visando em especial a formação profissional, artística e esportiva de meninas e meninos abandonados.

Experiências desse tipo estimulam formas autênticas de convivência, uma vez que aproximam as pessoas pelo prazer do conforto material conquistado a duras penas e pelo sofrimento compartilhado de carências básicas; pelo compartilhamento de necessidades comuns e das soluções encontradas em comum; pela oportunidade de viver conflitos privados e reconciliações privadas; pela oportunidade de viver desentendimentos públicos e de fazer as pazes em público; pela maneira como a natureza dos problemas enfrentados requer uma orientação de conduta incompatível com o individualismo possessivo das classes abastadas, assim como hábitos de ser e de se colocar na situação concreta de vida que supõem uma visão de mundo nova. Essas peculiaridades da vida comunitária correspondem a mudanças profundas nos modos de estruturar a economia industrial moderna, a sociedade democrática, os meios de comunicação de massa e o conjunto da cultura contemporânea.

2.5 – Limites da esfera comunitária

É lícito ressaltar que a sociedade de massas traz também consigo a possibilidade de aparecerem características prejudiciais ao desenvolvimento da cultura superior, tais como vulgaridade de gosto estético e de hábitos, preconceitos, superficialidade, frivolidade, ingenuidade, credulidade, superstição, obscurantismo, pensamento pré-lógico, sentimento primário. É verdade que, muitas vezes, idiosincrasias de subculturas de grupos específicos são tratadas de maneira preconceituosa, e não como expressão legítima da variedade da vida moderna. Na vida moderna, topa-se com o complexo naquilo que ele possui de heterogêneo, irredutível ao mundo simples do passado. Mas o que a torna distinta pode também constituir obstáculo ao seu florescimento, por falta de meios adequados para

⁹⁴ LABROUSSE, 2000: 1-24, 25; RENAULT, 2000: A13.

assimilá-lo. De fato, o fenômeno mais geral é que faltam meios de acesso da maioria do povo à educação formal, aos meios de disseminação de experiências e conhecimentos novos, e às mudanças culturais em curso. Isso constitui um forte bloqueio a pensamentos e sentimentos individuais qualificados. Sendo esta, portanto, uma observação de fato, o problema deve ser tratado, não como uma condição atávica a que o homem comum deve se render, mas como resultado do uso inadequado dos meios de educação e difusão cultural⁹⁵.

Sabendo-se que a inadequação dos meios não depende exclusivamente da penúria material, cabe examinar a questão de um ângulo psicológico abrangente, que considere o modo como o psiquismo de diferentes grupos sociais é afetado pela vida contemporânea. Aqui ganham importância as contribuições que a teoria crítica da sociedade industrial podem trazer para a sociologia do conhecimento⁹⁶ e a psicologia das massas⁹⁷. Temos muito que aprender ainda com a psicologia institucional⁹⁸, a sociologia da organização burocrática⁹⁹, a psicanálise enriquecida pelas teorias da alienação¹⁰⁰, a hermenêutica linguística¹⁰¹, a “política da família”¹⁰² e a pesquisa sobre a formação do *self* a partir das experiências da criança com a mãe¹⁰³. Pode-se contar com diferentes enfoques epistemológicos capazes de evitar tanto o conformismo conservador quanto a cristalização na identidade negativa de quem adota a posição de recusa lamurirosa do status quo e só encontra saída no cancelamento absoluto do presente, na hecatombe final que nadifica a totalidade da existência atual, condição para a instauração de uma utopia sem resíduo do passado – jogo de soma zero.

2.6 – Auto-superação dos limites

Em lugar dessa atitude escatológica, um caminho fecundo seria tentar aplicar esses enfoques à compreensão das experiências reais da cultura comunitária existente¹⁰⁴. São experiências que no Brasil podem se reconhecer em várias situações comunitárias concretas, e que guardam relação com toda uma tradição que vem se sedimentando no mundo ocidental desde meados do século 18 até princípios do século 20, ao longo das experiências de construção da estrutura industrial, da democracia e da cultura de massas, em particular na Inglaterra¹⁰⁵.

De acordo com uma vertente da tradição analisada por Williams, essas experiências fazem parte de uma vida contínua que a todos une no bem e no mal e gera respeito, urbanidade, simplicidade, franqueza, senso do cuidado, intimidade e afeições. Seriam o

⁹⁵ WILLIAMS, 1969: 213-228.

⁹⁶ MANNHEIM, 1976; BERGER E LUCKMANN, 1973.

⁹⁷ REICH, 1965, 1972.

⁹⁸ BLEGER, 1963, 1974.

⁹⁹ VEBLEN, 193; PACKARD, 1971.

¹⁰⁰ MARCUSE, 1968; CARUSO, 1970.

¹⁰¹ LACAN, 1978: 101-187.

¹⁰² LAING, 1983.

¹⁰³ KLEIN ET alii, 1970: 1-15, PASSIM; KLEIN, 1975; PETOT, 1987.

¹⁰⁴ GENRO, 1995.

¹⁰⁵ WILLIAMS, 1969: 11-21, 213-227, 276-346.

melhor preventivo contra a sordidez provinciana, a mesquinha filistina, a leviandade e a deslealdade. Ao aprender de que modo manter a chama dos sentimentos vivos e espontâneos, assim como a fecundidade do pensamento claro e autônomo, pode-se viver em amor o tempo que cabe a cada um. Isso significa que as pessoas são em princípio capazes de se envolver pelo encanto de viver e de se impregnar de simpatia, cordialidade e graça em todas as formas de convivência, em relação a todas as coisas que contam.

Para isso, o ser humano precisa abrir mão de sua obsessão fria pela identidade imóvel de si mesma e do mundo, desvencilhar-se das atitudes preconceituosas, moralistas e estereotipadas, a fim de que possa se colocar no lugar do outro. Abraçar de bom grado a finitude e cultivar o amor-de-si (que presume a aceitação da mutabilidade do ego) seriam condições de metamorfose contínua, renovação e expansão do ser¹⁰⁶.

O caminho estaria na construção do espírito humano íntegro e genuíno, transparente e frutífero, livrando-o da violenta degradação e da mentira da sociedade fragmentada. Isso equivaleria a recuperar a realidade criadora, a própria semente do real e vivente, a fonte da singularidade e da originalidade do ser. Essa recuperação dependeria das maneiras pelas quais essa realidade poderia ser mais imediatamente apreendida. Uma fonte por excelência de sabedoria e de vida estaria na prática concreta do amor humano, e a fonte de tudo o que é vivo estaria no intercâmbio e no encontro do sujeito com o outro, desde a experiência amorosa integral até as diversas interações que envolvem as diferenciadas facetas do ser humano concreto. Aqui o ser retorna à semente viva do eu, da qual podem brotar as formas plenas de relações – que intensificam desde a experiência intelectual mediada pela reflexão organizada até as experiências das relações sexuais profundas, fundadas no companheirismo, na alegria, na amizade, no desejo e na confiança recíproca. Quando todas as demais experiências se mostram precárias, esta última experiência pode ser considerada como o modo pelo qual os seres conseguem recobrar o fluxo natural de simpatia comum, de delicadeza de afetos, de compreensão mútua, de tolerância e de beatitude na interação de suas autenticidades subjetivas. É aí que deita raízes a aventura da interpenetração psíquica e das trocas ensejadas pelo desenvolvimento da consciência e do reconhecimento do outro, notadamente como fenômeno histórico de descoberta da introspecção psicológica. Só ela capacita o ser ao espantoso reconhecer e ao espontâneo aceitar da presença do outro. Não é fortuito que o nascimento da individualidade como elemento fundante da protopsicologia moderna (cujo ponto alto é a obra de Montaigne) tenha coincidido com a descoberta dos povos indígenas da América pelos europeus. Foi essa revolução copernicana que introduziu o germe do futuro descobrimento do inconsciente, no século 19¹⁰⁷, assim como foi o rompimento com o etnocentrismo que abriu os horizontes de um pensamento político emancipado da estatolatria¹⁰⁸. A estatolatria é a réplica política do mito do conhecimento absoluto e do egocentrismo narcísico, cujos efeitos são conhecidos na formação do caráter egoístico,

¹⁰⁶ COMTE-SPONVILLE, 1997: 13-225.

¹⁰⁷ DIAS E GAMBINI, 1999: 48-83; GAMBINI, 1998.

¹⁰⁸ CLASTRES, 1978: 7-35, 132-152, PASSIM; DUSSEL, 1993; Sobre a polêmica contemporânea, cf. BARON, 1994: 243-272.

mesquinho, ganancioso, predatório e sádico¹⁰⁹. Assim se dissipa a idéia abstrata e mística – e de sua versão mais brutal, a misoginia medieval¹¹⁰, um dos esteios da Inquisição¹¹¹ – da negação da singularidade do outro, estigmatizado como fonte de todo Mal (e portanto da compulsão fanática de seu aniquilamento), e ganha relevo a desconcertante realidade da diferença e da autoconstrução da singularidade de cada um, a partir da referência do outro, sem a tentação de escamotear os próprios problemas ou de cair na boa consciência autocomplacente ou na dependência simbiótica em relação ao outro¹¹².

A passagem da psicogênese para a sociogênese da autonomia é mediada por processos e conceitos de junção de relativa complexidade. Mas é fácil aceitar que aqui não há espaço para a prostração servil diante do poder opressivo e do individualismo possessivo, da espoliação e do monopólio da propriedade, da competição a qualquer preço e da destrutividade regida pelo princípio do rendimento e da vantagem unilateral¹¹³. Ao negar essa vontade voraz, impaciente e cega de determinar o ser do outro, o ser autêntico afirma sua condição de ser livre. E ele é livre quando circula em uma pátria livre – pago material e espiritual –, e não quando está acuado, sem rumo, sem perspectiva, entregue à compulsão de projetar sua sombra no outro; ou escapulindo de suas responsabilidades inalienáveis, ao fechar os olhos para a própria sombra. A pátria é livre quando os seres humanos são membros de uma comunidade viva, autodeterminada por valores universais de verdade, liberdade e justiça, comprometida com crenças e visões de mundo humanistas, ativamente empenhada em realizar propósitos ainda não realizados, mesmo que eventualmente não tenha ainda chegado a conceber e definir¹¹⁴.

2.7 – As dificuldades da emancipação

Para isso, é necessário entrelaçar consciência e ambiente, percepção de si e do outro (externo e internalizado), e estar ciente da dificuldade e do sacrifício que redundam em se tentar escapar dos desafios dessa tarefa. Pois é sempre falsa a tentativa de divorciar as questões materiais e as questões de sentimento: ambas se acham intimamente unidas. Quem tenta o caminho falso costuma adotar duas atitudes. A primeira é a do excêntrico escapista que foge completamente do problema, exilando-se fora do mundo real, forjando desculpas banais, com medo de assumir a responsabilidade de enfrentá-lo, mas ansioso em mudar o sistema, só que sustentando-se em pseudocategorias e idéias especulativas e esquemáticas, subestimando o grau de sociabilidade que lhe poderia ser acessível, sem dedicar-se seriamente a mudar o mundo, embora angustiado pelo desejo de um modo de vida social diferente. Essa conduta pode ser ilustrada entre nós pela figura típica de *Policarpo Quaresma*, que Lima Barreto caricaturou no contexto do messianismo positivista da República oligárquica.

¹⁰⁹ LATOUCHE, 1994.

¹¹⁰ BLOCH, 1995.

¹¹¹ VAINFAS, 1997; BETHENCOURT, 2000.

¹¹² BLEGER, 1972.

¹¹³ MARCUSE, 1968: 41-65; CARUSO, 1970: 29-144.

¹¹⁴ GUILLERM e BOURDET, 1976; MOTTA e PEREIRA, 1980: 295-310.

Ao adotar a segunda atitude equivocada, a pessoa, a despeito de permanecer no território onde se verifica o problema, procura equacioná-lo em termos da lei do mínimo esforço, recorrendo a paliativos, facilitários e subterfúgios, sucumbindo ao morno oportunismo, vendendo ilusões a preços módicos, contemporizando com a impostura dos subalternos e a arbitrariedade da elite senhorial, à maneira de *Dom Casmurro* e outros personagens da obra de Machado de Assis¹¹⁵. Aqui prevalece a atitude vaga e frívola de quem passa a vida a transigir com a impostura, sem se importar com a destrutividade da sociedade em que vive, prosternando-se à contingência de deixá-la como está, contanto que o tolerem e lhe permitam escapar das exigências presentes, numa versão caricata da vitória de Pirro: “Ao vencedor, as batatas”. Quem age assim é porque ignora a importância da sociabilidade que vem sendo destruída pela sociedade em crise. Faz vista grossa aos reclamos de mudança provenientes dos setores dinâmicos da sociedade. O ofuscamento de sua consciência e o baixo grau de sensibilidade para o relacionamento humano íntimo e vivo o tornam refratário ao fluir e refluir das simpatias e aos encantos da vida cotidiana, separando-o cada vez mais da motivação para apreender, com o cultivo das afinidades eletivas e do pensamento reflexivo, as exigências da mudança social. Assim, exime-se do desconforto de se esforçar em definir propósitos novos para a convivência social. Foge também do embaraço de correr os riscos de persegui-los. Confunde alhos com bugalhos, ou seja, meios com fins, efeitos com causas. Por exemplo, desemprego é confundido com pendor para a preguiça; e barbarismos de linguagem, maus hábitos à mesa, desleixo com a boa forma física, dentes estragados, preferência por perfumes enjoativos, gosto pelo sentimentalismo literário e pela cafonice musical, deselegância espiritual e mau gosto ao vestir são reduzidos a defeitos inerentes à pobreza. E a pessoa age como se tudo isso fosse uma trivialidade para todo mundo. Adota o estratagema da malandragem vil: ela se move no espaço sempre igual da conciliação, no qual não há lugar para explicitar o conflito, inerente à complexidade humana, nem muito menos para resolvê-lo¹¹⁶.

Em certo tipo de romance vitoriano inglês (George Eliot etc.), condenam-se os defeitos dos pobres como se fossem causados por mecanismos imutáveis, generalizando-se defeitos que são de alguns (maneira grosseira ou afetada de portar talheres ou segurar o copo, etc.) e reduzindo peculiaridades criticáveis (idiotismos prosódicos e sintáticos e erros de concordância verbal, etc.) a defeitos inatos dos pobres. Ao detratar os pobres por deslizos decorrentes de um sistema de vida que lhes foi imposto pela elite senhorial, a mente conservadora comete a infâmia de condenar as vítimas para eximir de culpa seus carrascos¹¹⁷. Essa atitude sórdida de escárnio à condição humana tende a desprezar o fato de que as carências humanas são fruto da perda da sincronia do eu com o ambiente, defasagem que alguém descreveu como falha da “dança do desenvolvimento”¹¹⁸, causa frequente do impulso de crianças abandonadas à depressão e ao suicídio. Ou por outra, a atitude pilatiana (arranjar um álibi para “lavar as mãos”) é a antecâmara da cumplicidade com a sordidez criminosa.

¹¹⁵ GLEDSON, 1991.

¹¹⁶ DEBERT, 1979; TAVARES, 1982; DEBRUN, 1983; DAMATTA, 1997.

¹¹⁷ WILLIAMS, 1969: 123.

¹¹⁸ SELIGMAN, 1977: 123-150.

2.8 – Os círculos infernais da segregação estatista

Há um quadro específico de redução brutal da criança a cidadão de segunda classe quando ela é recolhida a instituições oficiais de segregação. Aí a degradação alcança extremos de sordidez, ficando por conta do aparelho estatal a responsabilidade pela difusão de comportamentos que a própria lei capitula como transgressivos. Estamos diante de um processo de produção de transgressores – “os filhos do governo” – pela instituição repressiva¹¹⁹ e pelo fracasso do poder público em implantar legislação adequada para prevenir a delinquência juvenil¹²⁰. A lei federal 8.069, de 13/7/1990, que criou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é um diploma que despertou esperanças ao estimular programas de descentralização político-administrativa e de participação comunitária e popular na implementação de políticas que garantam o acesso prioritário de todas as crianças e jovens aos direitos sociais básicos. Mas ainda falta muito para esses objetivos serem atingidos. Dados de 1994 revelavam que, do total de 636 municípios do estado de São Paulo, apenas 181 contavam com conselhos municipais dos direitos das crianças e dos adolescentes (órgãos governamentais) em funcionamento, e 115 tinham sido criados, mas não instalados. Em 53% dos municípios os conselhos municipais ainda não haviam sido criados. Quanto aos conselhos tutelares (integrados por representantes da sociedade civil), estavam ausentes em mais de 85% dos municípios paulistas, sendo que em apenas 73 municípios eles funcionavam, e em 21 municípios eles existiam apenas no papel¹²¹. A falta de respeito ao ECA continua a realidade dominante, às vésperas do final do milênio¹²². Mesmo presumindo alguma melhoria dessa situação no estado mais importante da federação, não é difícil imaginar o panorama no resto do país. Registram-se algumas mudanças ocorridas no Rio Grande do Sul, onde o dispositivo prisional tradicional teria sido substituído por um modelo mais atualizado de instituição educativa e esportiva com participação comunitária. Mas, de modo geral, o próprio estado continua adotando o esquema repressivo antigo, em que o estabelecimento de internação não passa de escola de crime¹²³. Ali a recuperação é uma possibilidade remota, que depende principalmente do potencial subjetivo dos reclusos em descobrir sua própria libertação, muitas vezes se conseguem a solidariedade de organizações não governamentais e se têm a sorte de escapular do cativeiro clandestino imposto por poderosos grupos privados¹²⁴. Mas a reação da criança internada nessas casas de horror pode assumir muitas vezes caráter mais trágico: a resistência à desumanização traduz-se em rebelião. Em conseqüência, muitas vidas são ceifadas, diante do olhar indiferente de autoridades prisionais e carcereiros, eles mesmos aprisionados pelo modelo medieval de repressão do inconformismo dos excluídos.

¹¹⁹ SILVA, 1998.

¹²⁰ FSP, 1998A: 3-10; DIAS, 1998: 1-21.

¹²¹ BALLANOTTI e MARQUES (ORGS.), 1994: 37.

¹²² FSP, 2000I: 3-9.

¹²³ FSP, 2000C: 3-13.

¹²⁴ SUMMA, 1998: 1-20.

Enquanto isso, projetos salvadores aninham-se nas prateleiras dos burocratas, e acirram-se as polêmicas sobre a pertinência de formas de tratamento paliativo do problema, geralmente objeto de iniciativas esparsas e de fôlego curto¹²⁵, e sobre modelos educacionais de índole assistencialista¹²⁶.

2.9 – Enfoque transcendente do humano

O que faz falta são projetos de intervenção de envergadura, alicerçados em pesquisas teóricas e de campo de grande alcance¹²⁷, voltados para transformar os excluídos em cidadãos de primeira classe, mediante a combinação de reformas sociais de fundo com programas interdisciplinares de saúde mental, nos quais os objetivos principais sejam a atividade preventiva, que deve começar na escola fundamental¹²⁸ e no interior do próprio lar¹²⁹, e a busca de condições de sociabilidade que favoreçam a transformação da criança e do jovem no pai do adulto dotado de maioridade espiritual¹³⁰. Essa é uma obra em contínuo progresso, cujo alvo é a construção permanente do ser humano em intercâmbio afetivo com o outro e com sua comunidade¹³¹. Ancorar-se na imanência do mundo, mas substituir as cadeias da imediatidade do dado por outros elos de junção: em lugar e no lugar do *post factum*, ousar o salto qualitativo do pós-teórico.

3 – À maneira de conclusão

3.1 – Entre a pobreza e o tacanho

Ao se fazer o escrutínio histórico do problema do abandono de meninos e meninas, logo se vê que ele é parte essencial do problema mais vasto da pobreza. Pobreza que inevitavelmente deita raízes na penúria material da população brasileira, sim, mas que se desdobra também em diferentes implicações simbólicas e empíricas: alienação espiritual da família patriarcal, degradação das funções parentais nas diversas camadas sociais, carecimentos e renúncias próprios da vida provinciana, miséria cultural e libidinal, sordidez filistina inerente ao alpinismo social¹³².

A análise aponta para a crítica da visão pastoral, abstrata, do homem do povo, à medida que esta lhe atribui a missão profética de protagonista da utopia revolucionária, e como tal o considera detentor de todas as virtudes do mundo, capaz então de sair ileso de todas as contradições da vida social. Mas é uma análise que não ignora que a comunidade dos homens comuns é constituída de elementos de cooperação, solidariedade, espontaneidade,

¹²⁵ JACOBI, 1998: 1-3.

¹²⁶ BARROS, 1998: 1-3.

¹²⁷ OGO, 1998: 3-20.

¹²⁸ FSP, 1998B: 3-10.

¹²⁹ DIMENSTEIN, 1998: 3-20; CAVERSAN, 1998: 1-2.

¹³⁰ KLEIN *et alii*, 1969; WALLON, 1971; INHELDER e PIAGET, 1976.

¹³¹ ISAACS, 1969: 136-183.

¹³² PACKARD, 1971.

intimidade, simpatia e transcendência humana que a distingue do sistema de vida burguês, tomado pelo individualismo possessivo e pelos sentimentos de dominação e destrutividade. Isso não quer dizer que o simples fato de uma pessoa pertencer a este ou aquele sistema de vida elimina toda possibilidade de que ela faça avaliação crítica de seu respectivo sistema de origem. Ou seja, está aberta a possibilidade de rejeitá-lo.

Salientou-se que o abandono de crianças e jovens não pode ser atribuído ao determinismo econômico vulgar, da mesma forma que a adoção não pode depender da aceitação inocente do impulso inato de amor abstrato. As múltiplas determinações do fenômeno concreto do abandono apontam para o traçado de algumas tendências essenciais de diferentes sujeitos, assim como para a concepção de projetos distintos dotados de conteúdos sociais e espirituais substancialmente singulares entre si. Conhece-se a denúncia da idéia de que o homem é constituído de uma essência natural inalterável. A despeito da importância do desafio, não vacilo em rejeitar o antifundamentalismo e o antiessencialismo que costumam acompanhá-lo¹³³, pois soam como manifestações de uma *norma*, não menos dogmática, que tenta esvaziar o humano de todo conteúdo, com a ilusão de que a melhor técnica para observá-lo com objetividade, sem viés antropomórfico, seria equipará-lo ao inumano, na angelolatria do inorgânico, em sua queda para a misantropia, em que se inscreve a apologia do prático-inerte, antídoto de paixões e enigmas humanos. Tal expediente, sobre ser ingênuo, para não dizer cínico, fere de morte a historicidade do humano, que só é quando saturado de sentimentos, pensamentos e desejos, no contexto da temporalidade, da finitude, da multiplicidade, da contradição dialética, do vir-a-ser.

3.2 – Alternativa pública democrática não estatal

Os fenômenos do desamparo de meninos e meninas e do seu acolhimento pelo outro que não sua família natural serão tanto mais compreensíveis quanto mais forem vistos como manifestações da dialética da espontaneidade do sujeito e de seu esforço de constituição de relações afetivas significativas¹³⁴. A compreensão do abandono – assim como a da adoção – exige, no plano individual, pressupostos psíquicos e culturais constitutivos tanto das simpatias humanas quanto de sua negação; e, no plano social, premissas ancoradas na crítica do modo de produção capitalista e da organização de suas forças produtivas, com seus desdobramentos no mundo da política. O que sugere, como escreve Negri com razão, que se reconheça no poder e na potência da comunidade popular (ainda que em estado latente, como o MNMMR, acrescido) uma alternativa pública democrática não estatal¹³⁵. Tudo leva a crer que ela é mais apropriada e madura para o encaminhamento da questão do que entregá-la à tutela do aparelho burocrático convencional¹³⁶.

¹³³ JAMESON, 1997: 46-64.

¹³⁴ NEGRI, 1993: 199-291.

¹³⁵ GENRO, 1995.

¹³⁶ SZAJMAN, 1998: 2-2.

3.3 – Para além da ordem existente: no rastro da universalidade esclarecida

Quanto ao aparelho governamental, cabe-lhe dar desdobramento às conquistas da revolução industrial e científica, no que ela legou de melhor nos campos da modernização sem precedentes do modo de produção econômica e da ampliação da democracia representativa e da cultura de massa. Doravante, porém, essa respeitável tradição precisa ser atualizada, transformando suas bases sociais e institucionais, criando novos instrumentos de democracia substantiva, de generalização da distribuição de bens e serviços essenciais, e de formação e difusão de cultura superior para o povo. Essa é a única forma de se garantir à comunidade o controle do abuso do poder econômico e da concentração do poder político, causadores da miséria e do abandono das novas gerações de excluídos. Só assim serão reconhecidas as prerrogativas originárias do povo, mediante a viabilização de políticas públicas voltadas para realizar a cidadania plena de crianças e jovens atirados ao abandono. Assim será devolvida às suas mãos o legado histórico que os iluministas do século 18 lhes transmitiram de pleno direito e cujos herdeiros fiduciários não foram capazes de honrar o mandato recebido. Crianças e jovens esperam que se lhes seja restituído o projeto de renovação geracional que lhes foi confiscado pela violência do aparelho estatal a serviço exclusivista do capital predatório.

3.4 – A energia que se requer para conquistar liberdade, justiça e solidariedade

É preciso que se assegure às crianças e jovens o cumprimento da promessa de autogoverno da comunidade, pois esta é hoje a última forma de que eles dispõem para que tomem consciência do retorno do reprimido¹³⁷, como mito e concepção de vida, saibam discernir entre as forças que os jogaram na marginalidade e aquelas com que podem contar para fazer a catarse e, em conseqüência, capturar o que os aliena e se emancipar. Ou por outra, esta é a forma de realizar a catexa da imaginação libidinal, com base na qual poder-se-á canalizar a energia necessária à reflexão e à reconstrução de uma vida digna. De modo tal que a emancipação “pudesse fazer aparecer outras correlações que não esta atribuição ao Outro – ligada ao ódio do outro – daquilo que o sujeito recusa como seu”¹³⁸. Até agora, a elite anacrônica tem roubado a energia dos meninos e meninas e a tem investido nesse quadro dantesco de degradação. E esse saque internaliza-se neles como uma sombra. Doravante, eles precisam deixar de ser tratados como Macunaímas, anti-heróis sem nenhum caráter, cujo futuro não podemos permitir que seja reencenado como farsa, após a tragédia que Robert Musil¹³⁹ profetizou e que se materializou numa guerra feroz arquitetada pela capitulação diante da cultura autoritária¹⁴⁰. É hora de recuperar essa

¹³⁷ DIAS E GAMBINI, 1999: 84-105, PASSIM.

¹³⁸ DAVID-MÉNARD, 1996: 15, PASSIM; PELBART, 1989; COSTA, 1998.

¹³⁹ MUSIL, 1989.

¹⁴⁰ HERF, 1993; GOLDHAGEN, 1997; CORNWELL, 2000.

energia dissipada pela oligarquia sem faculdade reflexionante nem sensibilidade. E fazê-lo de uma maneira construtiva, pela inteligência baseada na expansão da consciência e na coragem para redirecionar essa energia a outra configuração simbólica, social, coletiva, política, cooperativa. Repudiar a configuração individualista e autoritária que a oligarquia vem mantendo com a pilhagem da energia do povo, pilhagem que o torna desagregado e apático, e resgatar essa energia, que é patrimônio do povo, a fim de que ele se motive no empenho de construir outra imagem de vida societária que prefigure o não manifesto. Algo que não seja apenas do plano das idéias, mas que tenha a ver também com a experiência empírica. Experiência que só tenderá para a configuração desejada se os indivíduos e os grupos comprometidos tiverem argúcia para encontrar em si mesmos o centro dinâmico em que se devem apoiar para agir e construir o que está latente nele: a imagem ardente da liberdade e de uma convivência igualitária. Não serve mais a figura derrisória do príncipe medíocre que se esganiça inconseqüente gritando “Independência ou morte”, e ato contínuo sufoca o desejo libertário do povo. Precisamos superá-lo com a consciência de que, dado o fato consumado da derrota, só nos resta reconhecê-la em sua atroz banalidade, para ir além dela, lutando contra a servidão imposta por essa falange de vorazes homúnculos que fazem parte da escuridão de nossa alma como uma esfinge que precisamos decifrar. Há um trabalho perseverante de fazer jorrar luz na sombra, para inventar um novo espaço-tempo humano, cujo caminho deverá ser desobstruído pelo trabalho concomitante do negativo, para lançar o estorvo no arquivo opaco da história.

Bibliografia

- ABRINQ, Fundação pelos Direitos da Criança, 1994. *10 medidas básicas para a infância brasileira*, BANGRAF, São Paulo.
- ADORNO, Theodor W., 1975. *Dialéctica negativa*, trad. José Maria Ripalda, Taurus, Madrid.
- ___ e HORKHEIMER, Max, 1985. *Dialéctica do esclarecimento: fragmentos filosóficos*, trad. Guido A. de Almeida, Zahar, Rio de Janeiro.
- AGÉGE, Soraya, 2000. “*Missão da ONU vai apurar maus-tratos na Febem*”, in *Folha de S. Paulo*, 18/5.
- AITH, Márcio, 2000a. “*BID avalia que América latina ficou para trás*”, in *Folha de S. Paulo*, 8/5.
- ___, 2000b. “*EUA discriminam produtos brasileiros*”, in *Folha de S. Paulo*, 13/6.
- ALENCASTRO, Luiz Felipe de, 2000. *O trato dos viventes*, Companhia das Letras, São Paulo.
- AMARAL, Luís Henrique, 1998. “*Missa lança em SP marcha contra o trabalho infantil*”, in *Folha de S. Paulo*, 26/2.
- AMARAL, Luís Henrique, e Galvão, Edilamar, 1998. “*Marcha contra o trabalho infantil parte de São Paulo*”, in *Folha de S. Paulo*, 25/2.
- ANTUNES, Ricardo, 1999. *Os sentidos do trabalho*, Boitempo, São Paulo.

ASSOUN, Paul-Laurent, 1979. *Marx e a repetição histórica*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

ATHIAS, Gabriela, 2000a. “*Febem faz contratação ilegal de carcereiro*”, 18/5.

_____, 2000b. “*Justiça critica política do governo estadual para menor infrator*”, in *Folha de S. Paulo*, 2/6.

BALLANOTTI, Josefina De Léo, e Marques, Márcia Bernardes (orgs.), 1994. *Atlas para definição de políticas sociais no Estado de São Paulo*, SCFBES-Secretaria da Criança, Família e Bem Estar Social, Governo do Estado de São Paulo/Editora Gráficos Burti, São Paulo.

BANCO MUNDIAL, 1994. *Relatório sobre o desenvolvimento mundial 1994*, FGV, Rio de Janeiro.

BARBOSA, João Alexandre, 2000. “*Autobiografia com inflexão salarial*”, in *Folha de S. Paulo, Mais!*, 4/6.

BARON, Atilio A. , 1994. *Estado, capitalismo e democracia na América Latina*, Paz e terra, Rio de Janeiro.

BARROS, Âmbar de, 1998. “*Escola sim, esmola não*”, in *Folha de S. Paulo*, 21/3.

BARROS, Pedro Motta de, 1995. *Consórcio intermunicipal: ferramenta para o desenvolvimento regional*, Alfa -Omega, São Paulo.

_____, 1996. “*Uma nova abordagem para proteger os mananciais de água potável de que necessita o povo de São Paulo*”, relatório, Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, maio.

_____, 1997. “*Energia para a comunidade. Indicações para uma política pública*”, relatório, Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, outubro.

_____, 1997. “*Consórcio intermunicipal. Papel da cooperação supralocal no desenvolvimento regional*”, conferência, Secretaria de Obras, Habitação e Desenvolvimento Urbano do Estado de Mato Grosso do Sul, novembro.

BATISTA JR., Paulo Nogueira, 2000. “*Um governo domesticado*”, in *Folha de S. Paulo*, 25/5.

BENJAMIN, Walter, 1987. “*Madame Ariane, segundo pátio à esquerda*”, in *Rua de mão única*, 2ª ed., Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

BERGER, Peter, e Luckmann, Thomas, 1973. *A construção social da realidade*, Vozes, Petrópolis.

BETHENCOURT, Francisco, 2000. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália – Séculos XV-XIX*, Companhia das Letras, São Paulo.

BIANCARELLI, Aureliano, 2000. “*Empresas ferem a lei e rejeitam doentes*”, in *Folha de S. Paulo*, 22/6.

BLEGER, José, 1963. *Psicoanálisis y dialéctica materialista. Estudios sobre la estructura del psicoanálisis*, Paidós, Buenos Aires.

- _____, 1972. *Simbiosis y ambigüedad. Estudio psicoanalítico*, Paidós, Buenos Aires.
- _____, 1974. *Psicohigiene y psicología institucional*, Paidós, Buenos Aires.
- BLOCH, R. Howard, 1995. *Misoginia medieval e a invenção do amor romântico ocidental*, trad. Claudia Moraes, Ed. 34, Rio de Janeiro.
- BÔA Nova, Antonio Carlos, 1985. *Energia e classes sociais no Brasil*, Loyola, São Paulo.
- BORNHEIM, Gerd Alberto, 1977. *Dialética: teoria, práxis. Ensaio para uma crítica da fundamentação ontológica da dialética*, Globo/EDUSP, Porto Alegre/São Paulo.
- CAMPOS FILHO, Cândido Malta, 1992. *Cidades brasileiras: seu controle ou o caos*, Nobel, São Paulo.
- CANTANHEDE, Eliane, 2000. "Tom ameaçador", in *Folha de S. Paulo*, 9/5.
- CAVERSAN, Luiz, 1998. "Criança feliz?", in *Folha de S. Paulo*, 20/3.
- CARUSO, Igor, 1970. *La separación de los amantes. Una fenomenología de la muerte*, trad. Armando Suárez e Rosa Tanco, Siglo Veintiuno, México.
- CARVALHO, José Murilo de, 2000a. "Barão contra barão", in *Jornal de Resenhas*, 62, 13/5, Discurso Editorial/USP/Unesp/UFGM/Folha de S. Paulo, São Paulo.
- _____, 2000b. "Historiador vê risco de repressão", in *Folha de S. Paulo*, 26/6.
- CARVALHO, Vanderlei Souza, e Tella, Marco A. Paz, 1996/1997. "Sociedade de consumo e sustentabilidade planetária", in *Debates sócio-ambientais*, II, 5.
- CLASTRES, Pierre, 1978. *A sociedade contra o estado*, Francisco Alves, Rio de Janeiro.
- COELHO, Marcelo, 2000. "A universidade pública está acabando rapidamente", in *Folha de S. Paulo*, 17/5.
- COMTE-SPONVILLE, André, 1997. *Tratado do desespero e da beatitude*, Martins Fontes, São Paulo.
- CORNWELL, John, 2000. *O papa de Hitler – A história secreta de Pio XII*, trad. A. B. Pinheiros Lemos, Imago, Rio de Janeiro.
- CORRÊA, Angela Jorge, 1998. *Distribuição de renda e pobreza na agricultura brasileira*, Editora Unimep, Piracicaba.
- CORRÊA, Mariza, 1997. "A cidade dos menores: uma utopia dos anos 30", in Freitas (org.), 1997.
- COSTA, Sylvio de Souza Gadelha, 1998. *Subjetividade e menor-idade: acompanhando o dever dos profissionais do social*, Annablume, São Paulo.
- DAMATTA, Roberto, 1997. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*, 6ª ed., Rocco, Rio de Janeiro
- DARIANO, Daniela, 2000. "Quem tem medo do ciberespaço?", in *Folha de S. Paulo*, 31/5.
- DAVID-MÉNARD, Monique, 1996. *A loucura na razão pura*, Ed. 34, São Paulo.

- DEBERT, Guita Grin, 1979. *Ideologia e populismo*, T. A. Queiroz, São Paulo.
- DEBRUN, Michel, 1983. *A "conciliação" e outras estratégias*, Brasiliense, São Paulo.
- DE LEON, Flávia, 2000. "ONU receberá relatório com casos de tortura", in *Folha de S. Paulo*, 17/5.
- DELFIM NETTO, Antonio, 2000. "Fapesp e Pato Branco", in *Folha de S. Paulo*, 14/6.
- DIAS, Otávio, 1998. "Brasil prevê internação", in *Folha de S. Paulo*, 19/4.
- DIAS, Lucy, e GAMBINI, Roberto, 1999. *Outros 500*, Editora SENAC, São Paulo.
- DIMENSTEIN, Gilberto, 1998. "Um desconhecido chamado meu filho", in *Folha de S. Paulo*, 29/3.
- _____, 1998a. "Crime reflete banalização da violência", in *Folha de S. Paulo*, 11/4.
- _____, 2000. "Como não ser iludido pelo presidente", in *Folha de S. Paulo*, 25/6.
- DOWBOR, Ladislau, 1998a. *A reprodução social: propostas para uma gestão descentralizada*, Vozes, Petrópolis.
- _____, 1998b. "Juventude desorientada", in *Folha de S. Paulo*, 12/4.
- DUMAZEDIER, Joffre, 1973. *Lazer e cultura popular*, Perspectiva, São Paulo.
- DUSSEL, Enrique, 1993. *1492: o encobrimento do outro*, Vozes, Petrópolis.
- FAUSTO, Boris, 1970. *A revolução de 1930. Historiografia e história*, Brasiliense, São Paulo.
- FERNANDES, Florestan, 1968. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*, Zahar, Rio de Janeiro.
- FIORI, José Luís (org.), 1999. *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*, Vozes, Petrópolis.
- FREIRE, Vinicius Torres, 2000. "O conservador", in *Folha de S. Paulo*, 29/5.
- FREITAS, Marcos Cezar (org.), 1977. *História social da infância no Brasil*, Cortez, São Paulo.
- FREUD, Sigmund, 1973. *Obras completas*, 3 vol., trad. Luis Lopez-Ballestreros y Torres, Biblioteca Nueva, Buenos Aires.
- FRIEDMANN, Adriana, et alii, 1992. *O direito de brincar: a brinquedoteca*, Scritta/ABRINQ, São Paulo.
- FROMM, Erich, 1970. *Conceito marxista do homem*, 5ª ed., Zahar, Rio de Janeiro.
- FSP-Folha de S. Paulo, 1998. "Infância, miséria, educação", 27/2.
- _____, 1998a. "Poder público falha ao implantar estatuto", 30/3.
- _____, 1998b. "Saúde mental deve ser discutida na escola", 30/3.
- _____, 1998c. "Violência nas escolas", 21/4
- _____, 1998d. "Mapa da exclusão", 29/4.

- ___, 2000a. “Crime na FEBEM”, 8/4.
- ___, 2000b. “Febem joga 900 internos no inferno”, 16/4
- ___, 2000c. “Promotoria diz que presídio é inadequado”, 19/4.
- ___, 2000d. “Rico ganha o mesmo que 50 pobres”, 29/4.
- ___, 2000e. “Crianças pobres morrem mais em SP”, 30/4.
- ___, 2000f. “Miséria endêmica”, 2/5.
- ___, 2000g. “ACM deu terra de índio a fazendeiro”, 2/5.
- ___, 2000h. “Fazendeiros detêm 96,11% de reserva”, 7/5.
- ___, 2000i. “ABRINQ pede explicações a Covas”, 7/5.
- ___, 2000j. “Rincão esquecido”, 9/5.
- ___, 2000k. “Contrato para todos”, 9/5.
- ___, 2000 l. “Gregori critica censura a entrevista de Stedile em TV”, 10/5.
- ___, 2000m. “Cacique Raoni ganha apoio francês”, 10/5.
- ___, 2000n. “Em discurso, presidente omite trechos desfavoráveis”, 16/5.
- ___, 2000o. “Governo investiga cartel de fabricantes de vitaminas”, 17/5.
- ___, 2000p. “Pela universidade pública”, 23/5.
- ___, 2000q. “Além do E-Gov”, 1/6.
- ___, 2000r. “ONGs européias mandam ao MST US\$ 1 mi por ano”, 4/6.
- ___, 2000s. “Pobreza maltratada”, 7/6.
- ___, 2000t. “Tributos perversos”, 10/6.
- ___, 2000u. “Comércio desigual”, 14/6.
- ___, 2000v. “Sistema de saúde do país é o 125º do mundo”, 21/6.
- ___, 2000w. “Banda podre, SP”, 10/4.
- ___, 2000x. “Planos doentes”, 25/6.
- ___, 2000y. “Compromisso e retórica”, 25/6.

FURTADO, Celso, 1999. *O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil*, Paz e Terra, Rio de Janeiro.

___, 1984. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*, Paz e Terra, Rio de Janeiro.

GALVÃO, Edilamar, 1998. “Crianças deveriam trabalhar?”, in *Folha de S. Paulo*, Folhinha, 21/2.

___, 1998a. “Mão-de-obra barata favorece empregador”, in *Folha de S. Paulo*, 26/2.

GAMBINI, Roberto, 1998. *O espelho índio*, Espaço e Tempo, Rio de Janeiro.

GARCIA DOS SANTOS, Laymert, 2000. “O fim da universidade”, in *Folha de S. Paulo*, Mais!, 4/6.

- GASPARI, Elio, 1998. “A trajetória do professor Drawde Oedama”, in *Folha de S. Paulo*, 12/4.
- _____, 2000. “As previsões de Cobra Coral, Mafalda e Fraga”, in *Folha de S. Paulo*, 14/6.
- GENRO, Tarso, 1995. *Utopia possível*, 2ª ed., Artes e Ofícios, Porto Alegre.
- _____, 2000. “Terceira Via e segurança do Estado”, in *Folha de S. Paulo*, 18/6.
- GLEDSON, John, 1991. *Machado de Assis: impostura e realismo. Uma reinterpretação de Dom Casmurro*, Companhia das Letras, São Paulo.
- GOIS, Antônio, 2000. “Brasil é campeão em aluno repetente”, in *Folha de S. Paulo*, 1/3.
- GOIS, Chico, e Agége, Soraya, 2000. “Metade de SP mora em habitação irregular”, in *Folha de S. Paulo*, 4/6.
- GOLDHAGEN, Daniel Jonah, 1997. *Os carrascos voluntários de Hitler*, trad. Luís Sérgio Roizman, Companhia das letras, São Paulo.
- GRODDECK, Georg, 1982. *Le chercheur d'âme. Un roman psychanalytique*, trad. Roger Lewinter, Gallimard, Paris.
- _____, 1988. *O livro disso*, trad. José Teixeira Coelho Netto, Perspectiva, São Paulo.
- GROSSI, Esther, 1998. “Aprendendo de verdade”, in *Folha de S. Paulo*, 23/2.
- GUERREIRO, Carlos F. M., Castro Jr., Evaristo de, e Leitão, Luiz Ricardo (orgs.), 1999. *O novo projeto histórico das maiorias*, Oficina do Autor, Rio de Janeiro.
- GUILLERM, Alain, e Bourdet, Ivon, 1976. *Autogestão: uma mudança radical*, Zahar, Rio de Janeiro.
- HABERMAS, Jürgen, 1989. *El discurso filosófico de la modernidad*, trad. Manuel J. Redondo, Taurus, Madrid.
- HAVEMANN, Robert, 1967. *Dialética sem dogma*, trad. Fausto Guimarães, Zahar, Rio de Janeiro.
- HORKHEIMER, Max, 1976. *Eclipse da razão*, trad. Sebastião Uchoa Leite, Editorial Labor do Brasil, Rio de Janeiro.
- HERF, Jeffrey, 1993. *O modernismo reacionário*, trad. Claudio Frederico da S. Ramos, Ed. da Unicamp, Campinas.
- _____, 1983. *Autoridade e família (Parte geral)*, Apáginastantas, Lisboa.
- IANNI, Octavio, 1976. *Imperialismo e cultura*, Vozes, Petrópolis.
- INHELDER, Bärbel, e PIAGET, Jean, 1976. *Da lógica da criança à lógica do adolescente. Ensaio sobre a construção das estruturas operatórias formais*, trad. Dante Moreira Leite, Pioneira, São Paulo.
- IPEA/UNICEF, 1990. *A criança no Brasil: o que fazer*, Série Acompanhamento de Políticas Públicas nº 23, Escopo Editora, Brasília.
- ISAACS, Susan, 1969. “O aposento das crianças (nursery) como uma comunidade”, in Klein et alii, 1969.

- JACOBI, Pedro, 1998. "Paliativo possível", in *Folha de S. Paulo*, 21/3.
- JAMESON, Fredric, 1997. *As sementes do tempo*, Ática, São Paulo.
- JORGE, Eduardo, 2000. "São Paulo, Bahia e a saúde do Brasil", in *Folha de S. Paulo*, 28/4.
- JUNGMANN, Raul, 2000. "Ministro vê fraude em 75% dos latifúndios", in *Folha de S. Paulo*, 8/4.
- KLEIN, Melanie, 1975. *O sentimento de solidão*, Imago, Rio de Janeiro.
- KLEIN, Melanie, et alii, 1969. *A educação de crianças à luz da investigação psicanalítica*, trad. Ana Mazur Spira, Imago, Rio de Janeiro.
- _____, 1970. *A psicanálise de hoje*, Imago, Rio de Janeiro.
- KOSÍK, Karel, 1963. *Dialéctica de lo concreto. Estudio sobre los problemas del hombre e el mundo*, trad. Adolfo Sánchez Vázquez, Grijalbo, México.
- KUNTZ, Rolf, 1997. *Os últimos combates*, Vozes, Petrópolis.
- _____, 2000. "Muito além do mercado", in *Jornal de Resenhas*, 62, 13/5, Discurso Editorial/USP/Unesp/UFGM/Folha de S. Paulo, São Paulo.
- LABROUSSE, Alain, 2000. "Droga não é a maior causa de crimes", in *Folha de S. Paulo*, 7/5.
- LACAN, Jacques, 1978. *Escritos*, trad. Inês Oseki-Depré, Perspectiva, São Paulo.
- LAING, R. D., 1983. *A política da família*, Martins Fontes, São Paulo.
- LAMPEDUSA, Giuseppe Tomasi, 1976. *O leopardo*, Edibolso, São Paulo.
- LATOUCHE, Serge, 1994. *A ocidentalização do mundo*, Vozes, Petrópolis.
- LEITE, Miriam L. Moreira, 1997. "A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem", in Freitas (org.), 1997.
- LEITE, Rogério Cezar de Cerqueira, 2000. "Por uma nova ordem mundial do saber", in *Folha de S. Paulo*, 12/6.
- LIMA, Luiz Costa, 2000. "Marginais aqui e lá", in *Folha de S. Paulo, Mais!*, 4/6.
- LIPMAN, Matthew, et alii, 1994. *A filosofia na sala de aula*, trad. Ana Luiza Fernandes Falcone, Nova Alexandria, São Paulo.
- LOZANO, André, 1998. "Para especialistas, escola deve ser integrada", in *Folha de S. Paulo*, 21/4.
- LUMMERTZ, Vinícius, 2000. "O cesto dos ovos em pé", in *Folha de S. Paulo*, 27/5/2000.
- MACHADO, Maria Helena P. T., 2000. "A emancipação gradual", in *Jornal de Resenhas*, 62, 13/5, Discurso Editorial/USP/Unesp/UFGM/Folha de S. Paulo, São Paulo.
- MACHADO, Ralph, e Zanini, Fábio, 2000. "Renda no campo cai 5,8% no governo FHC", in *Folha de S. Paulo*, 22/5.

- MANNHEIM, Karl, 1976. *Ideologia e utopia*, Zahar, Rio de Janeiro.
- MARCILIO, Maria Luiza, 1977. "A roda dos expostos e a criança abandonada na história do Brasil. 1720-1950", in Freitas (org.), 1977.
- MARCUSE, Herbert, 1968. *Eros e civilização. Uma crítica filosófica ao pensamento de Freud*, trad. Álvaro Cabral, Zahar, Rio de Janeiro.
- MARIA, Estanislau, 2000. "Aposentadorias estrangulam universidade", in *Folha de S. Paulo*, 21/5.
- MARIA, Estanislau, et alii, 2000. "O impasse da academia", in *Folha de S. Paulo, Especial*, 20/6.
- MARIANO, Benedito Domingos, 2000a. "Banda podre ou estrutura podre?", in *Folha de S. Paulo*, 10/4
- _____, 2000b. "Controle social dos excluídos e a polícia", in *Folha de S. Paulo*, 8/5.
- MARTINS, José de Souza, 1994. *O poder do atraso. Ensaios de sociologia da história lenta*, HUCITEC, São Paulo.
- MARX, Karl, 1987. *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*, in *Obras fundamentais de Marx y Engels, Escritos de juventud de Marx*, Fondo de Cultura Económica, México
- MATTELART, Armand, 1976. *As multinacionais da cultura*, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.
- MENDONÇA, Joseli Maria Nunes, 1999. *Entre a mão e os anéis. A lei dos sexagenários e os caminhos da abolição no Brasil*, Ed. da Unicamp, Campinas.
- MÉSZÁROS, István, 1981. *Marx: a teoria da alienação*, Zahar, Rio de Janeiro.
- _____, 1993. *Filosofia, ideologia e ciência social*, trad. Else R. P. Vieira et alii, Ensaio, São Paulo.
- MEZAN, Renato, 1985. *Freud, pensador da cultura*, 3ª ed., Brasiliense, São Paulo.
- _____, 1987. *Freud: a trama dos conceitos*, Perspectiva, São Paulo.
- MICELI, Sergio, 1972, Perspectiva, São Paulo
- MILANESI, Luiz Augusto, 1978. *O paraíso via Embratel*, Paz e Terra, Rio de Janeiro.
- MNMMR-Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, s/d. *Realidade de crianças e adolescentes no Brasil*, Caixa Econômica Federal, s/l.
- MONTIEL, Francisco Blas Gil Villegas, 1996. *Los profetas y el mesías: Lukács y Ortega como precursores de Heidegger en el Zeitgeist de la modernidad. 1900-1929*, Fondo de Cultura Económica, México.
- MOTA, Paulo, 1998. "A outra Canudos", in *Folha de S. Paulo, Mais!*, 22/2.
- MOTA, Vinicius, 2000. "O país do suplício", in *Folha de S. Paulo*, 8/4.
- MOTTA, Fernando C. Prestes, e Pereira, Luiz C. Bresser, 1980. *Introdução à organização burocrática*, Brasiliense, São Paulo.

- MUSIL, Robert, 1989. *O homem sem qualidades*, trad. Lya Luft e Carlos Abbenseth, Nova Fronteira, Rio de Janeiro.
- MUSSE, Ricardo, 2000. "Vocação interrompida", in *Folha de S. Paulo, Mais!*, 4/6.
- NABUCO, Joaquim, 1999a. *A escravidão*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro.
- _____, 1999b. *O abolicionismo*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro.
- NACIF, Luís, 2000. "Faltou mãe no Supremo", in *Folha de S. Paulo*, 8/6.
- NASCIMENTO, Sebastião, 2000. "Tanque coletivo faz pequeno sobreviver", in *Folha de S. Paulo, Agrofolha*, 13/6.
- NAVARRETE, Gonzalo, 2000. "Para especialista, poder público e empresários quebraram transporte", in *Folha de S. Paulo*, 7/2.
- NEGRI, Antonio, 1993. *A anomalia selvagem: poder e potência em Spinoza*, trad. Raquel Ramallete, Editora 34, Rio de Janeiro.
- NOIVILLE, Florence, 2000. "O nascimento da angústia", in *Folha de S. Paulo, Mais!*, 7/5.
- OGO, Karina, 1998. "Crianças de rua têm casa no Vale do Paraíba", in *Folha de S. Paulo*, 29/3.
- ORTIZ, Renato, 2000. "Crônica de uma morte anunciada", in *Folha de S. Paulo*, 23/5.
- PACKARD, Vance, 1971. *Los trepadores de pirâmide*, trad. Eduardo Goligorsky, Editorial Sudamericana, Buenos Aires.
- PALZ, Wolfgang, 1995. *Energia solar e fontes alternativas*, Hemus, São Paulo.
- PELBART, Peter Pál, 1989. *Da clausura do fora ao fora da clausura*, Brasiliense, São Paulo.
- PENTEADO, Gilmar, 2000. "Governo tenta barrar ações contra a Febem", in *Folha de S. Paulo*, 17/5.
- PEREIRA FILHO, Arthur, 1998. "Desemprego tira R\$ 500 milhões da economia", in *Folha de S. Paulo*, 21/2.
- PETOT, Jean-Michel, 1987. *Melanie Klein I e II*, 2 vols., Perspectiva, São Paulo.
- POCHMANN, Marcio, 1998. "O flagelo dos jovens trabalhadores", in *Folha de S. Paulo*, 22/2.
- PORTO, Sérgio Dayrell, 1999. *Sexo, afeto e era tecnológica*, Ed. UnB, Brasília.
- PRADO JÚNIOR, Bento, 1989. *Presença e campo transcendental. Consciência e negatividade na filosofia de Bergson*, EDUSP, São Paulo.
- REICH, Wilhelm, 1965. *Análisis del carácter*, trad. Luis Fabricant, Paidós, Buenos Aires.
- _____, 1972. *Psicología de masas del fascismo*, Editora Latina, Buenos Aires.
- RENAULT, Enguérand, 2000. "Cibercrime começa dentro das empresas", in *Folha de S. Paulo*, 17/5.
- RIBEIRO, Alex, 2000. "Déficit externo cresce pela 1ª vez no ano", in *Folha de S. Paulo*, 17/5

- RICUPERO, Rubens, 1998. “Injustiça ou desordem?”, in *Folha de S. Paulo*, 11/4.
- _____, 2000. “Quanto vale uma vida?”, in *Folha de S. Paulo*, 4/6.
- ROSEMBERG, Fúlvia, 1997. “A LBA, o Projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional”, in Freitas (org.), 1997.
- ROSSETI, Fernando, 1998. “Violência atinge 56% das escolas do país”, in *Folha de S. Paulo*, 19/4.
- _____, 1998a. “Segurança interna não reduz vandalismo”, in *Folha de S. Paulo*, 20/4.
- ROSSI, Clóvis, 2000a. “ONU sugere mudança no gasto social”, in *Folha de S. Paulo*, 5/4.
- _____, 2000b. “Censura aberrante”, in *Folha de S. Paulo*, 9/5.
- _____, 2000c. “Combate à desigualdade opõe FHC e ONGs”, in *Folha de S. Paulo*, 25/6.
- SALOMON, Marta, 1998. “Turquia tem mais universitários que o Brasil”, in *Folha de S. Paulo*, 21/4.
- _____, 2000. “Projetos sociais estão sob ameaça de corte de verba” e “Cresce a pobreza nas regiões metropolitanas”, in *Folha de S. Paulo*, 5/6.
- SAMPAIO, Consuelo Novais (org.), 1999. *Canudos – Cartas do Barão*, Edusp, São Paulo.
- SAMPAIO JR., Plínio de Arruda, 2000. “Dependência e barbárie”, in *Folha de S. Paulo*, 30/4.
- SANTOS, Chico, e BORNÉL, Claude, 2000. “Remessa de lucros crescerá, alerta Gros”, in *Folha de S. Paulo*, 17/5.
- SANTOS, Maria Helena de Castro, 1993. *Política e políticas de uma energia alternativa: o caso do Proálcool*, Notrya, Rio de Janeiro.
- SANTOS, Milton, 1994. *Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo*, HUCITEC/EDUC, São Paulo.
- SCHWARTSMAN, Hélio, 2000. “A pobreza de FHC”, in *Folha de S. Paulo*, 1/6.
- SELIGMAN, Martin E. P., 1977. *Desamparo*, HUCITEC/EDUSP, São Paulo.
- SEN, Amartya, 1999. *Sobre ética e economia*, Companhia das Letras, São Paulo.
- _____, 2000. *Desenvolvimento como liberdade*, Companhia das Letras, São Paulo.
- SEVCENKO, Nicolau, 2000. “O professor corretor”, in *Folha de S. Paulo*, *Mais!*, 4/6.
- SILVA, Adriana Souza, 2000. “Nova Febem é semelhante a presídio”, 27/4.
- SILVA, Alessandro, e SIMIONATO, Maurício, 2000. “Fuga de ex-informante custou R\$ 15 mil”, in *Folha de S. Paulo*, 10/4.
- SILVA, Roberto da, 1998. *Os filhos do governo*, Ática, São Paulo.
- SINGER, Helena, 1998. *República de crianças*, HUCITEC, São Paulo.
- SMITH, Adam, 1983. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas (1776)*, 2 vols., Os economistas, Abril Cultural, São Paulo.

- _____, 1999. *Teoria dos sentimentos morais* (1759), trad. Lya Luft, Martins Fontes, S. Paulo.
- SOARES, Ronaldo, 2000. "Cacique Raoni ganha apoio francês", in *Folha de S. Paulo*, 10/5.
- SOLIANI, André, 2000. "Ricos pagam menos impostos no consumo", in *Folha de S. Paulo*, 9/6.
- SOUZA, Mériti de, 1999. *A experiência da lei e a lei da experiência: ensaios sobre práticas sociais e subjetividade no Brasil*, Revan/Fapesp, Rio de Janeiro/São Paulo.
- SUMMA, Giancarlo, 1998. "Polícia liberta crianças escravas na Itália", in *Folha de S. Paulo*, 28/3.
- SZAJMAN, Abram, 1998. "Cidadania, algo de novo no ar", in *Folha de S. Paulo*, 12/4.
- TAVARES, José Nilo, 1982. *Conciliação e radicalização política no Brasil. Ensaios de história política*, Vozes, Petrópolis.
- TOURINHO, Fernando, 2000. "Juiz critica subordinação do Executivo ao poder econômico", in *Folha de S. Paulo*, 18/4.
- ULHÔA, Raquel, 2000. "Comissão aprova vinculação de recursos", in *Folha de S. Paulo*, 18/5.
- ____ e MADUEÑO, Denise, 2000. "Presidente faz crítica à concentração de renda", in *Folha de S. Paulo*, 19/5.
- VAINFAS, Ronaldo, 1997. *Trópico dos pecados: moral sexualidade e Inquisição*, Nova Fronteira, Rio de Janeiro.
- VALLADARES, Lícia do Prado, 1983. *Repensando a habitação no Brasil*, Zahar, Rio de Janeiro.
- VEBLEN, Thorstein, 1963. *Teoría de la clase ociosa*, Fondo de Cultura Económica, México.
- VELHO, Otávio, 1995. *Besta-fera: recriação do mundo. Ensaios críticos de antropologia*, Relume-Dumará, Rio de Janeiro.
- VENTURA, Roberto, 2000. "O mundo de Jeremoabo", in *Jornal de Resenhas*, 62, 13/5, Discurso Editorial/USP/Unesp/UFMG/Folha de S. Paulo, São Paulo.
- VERNANT, Jean-Pierre, 1996. *Entre mythe et politique*, Seuil, Paris.
- VIEIRA e WEBER (orgs.), 1997. *Gestão de recursos naturais renováveis e desenvolvimento*, Cortez, São Paulo.
- VIVEIROS, Mariana, 2000. "Obra atrasada agrava falta de água em SP", in *Folha de S. Paulo*, 17/5.
- WALLON, Henri, 1971. *As origens do caráter na criança. Os prelúdios do sentimento de personalidade*, trad. Pedro da Silva Dantas, DIFEL, São Paulo.
- WILLIAMS, Raymond, 1969. *Cultura e sociedade: 1780-1950*, trad. Leônidas H. B. Hegenberg, Octanny Silveira da Mota e Anísio Teixeira, Editora Nacional, São Paulo.
- ZANETTI, Edmilson, 2000. "Assentamentos rurais sofrem favelização", 25/6.